

Organização Social e Movimentos Sociais Rurais



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA**

Secretário

Sérgio Roberto Kieling Franco

Vice-Secretário

Silvestre Novak

Comitê Editorial

Lovois de Andrade Miguel

Mara Lucia Fernandes Carneiro

Silvestre Novak

Sílvio Luiz Souza Cunha

Sérgio Roberto Kieling Franco,
presidente

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Organização Social e Movimentos Sociais Rurais

Ivaldo Gehlen

Daniel Gustavo Mocelin

Organizadores

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA


UFRGS
EDITORA


SEAD
Secretaria de
Educação a Distância


CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
**PLANEJAMENTO E GESTÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

© dos Autores
1ª edição: 2009
Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Ignacio Antonio Neis, Sabrina Pereira de Abreu e Rosany Schwarz Rodrigues
Editoração eletrônica: Luciane Delani

Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS

Coordenador: Luis Alberto Segovia Gonzalez

Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Coordenação Acadêmica: Lovois de Andrade Miguel

Coordenação Operacional: Eliane Sanguiné

O68 Organização social e movimentos sociais rurais / [organizado por] Ivaldo Gehlen e Daniel Gustavo Mocelin ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

96 p. : il. ; 17,5x25cm

(Série Educação A Distância)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui bibliografia e glossário.

1.Sociologia rural. 2. Desigualdade social. 3. Mobilidade social. 4. Estratificação social. 5. Organização social – Associativismo rural. 6. Movimentos sociais rurais. I. Gehlen, Ivaldo. II. Universidade Aberta do Brasil. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

CDU 316.334.55:316.44

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0072-5

SUMÁRIO

Introdução	7
Unidade 1 – Desigualdade, estratificação e mobilidade social	9
Analisa Zorzi, Francisco dos Santos Kieling e Nilson Weisheimer	
Introdução	9
1.1 Desigualdade social e estratificação social.....	9
1.1.1 Diferença e desigualdade social	9
1.2 Estratificação social	11
1.2.1 O que é estratificação social?.....	12
1.2.2 Formas históricas de estratificação social	14
1.2.3 Teorias da estratificação social	15
1.2.3.1 Teoria marxista de estratificação social.....	16
1.2.3.2 Teoria weberiana de estratificação social	18
1.2.4 Critérios de estratificação social	21
1.3 Mobilidade.....	24
1.3.1 Mobilidade social.....	24
1.3.1.1 Por que estudar a mobilidade social	24
1.3.1.2 Tipos de mobilidade social	25
1.3.1.3 Sociedade hierarquizada e sociedade não-hierarquizada	26
1.4 Aplicação do conhecimento	27
1.5 Bibliografia.....	27
1.5.1 Bibliografia básica da Unidade 1.....	27
Unidade 2 – Atores sociais	29
Ivaldo Gehlen	
Introdução	29
2.1 Atores sociais como cidadãos desiguais	30
2.2 Atores sociais como identidades socioculturais diferentes	32
2.3 O lócus de ação dos atores sociais	34
2.4 Atores sociais, produtores de formas sociais específicas de usos da terra	35
2.5 Aplicação do conhecimento	38
2.6 Bibliografia.....	39
2.6.1 Bibliografia básica da Unidade 2.....	39

Unidade 3 – Organização social e associativismo rural	41
Décio Souza Cotrim	
Introdução	41
3.1 Associações	42
3.2 Cooperativas	43
3.3 Sindicatos.....	44
3.4 Aplicação do conhecimento	46
3.5 Bibliografia.....	47
3.5.1 Bibliografia básica da Unidade 3.....	47
Unidade 4 – Movimentos sociais e movimentos sociais rurais	49
Daniel Gustavo Mocelin	
Introdução	49
4.1 O que é movimento social?	50
4.2 Eixos temáticos nos estudos sobre os movimentos sociais rurais	60
4.3 Origem e trajetória dos movimentos sociais rurais.....	61
4.4 Movimentos sociais rurais.....	65
4.4.1 Movimentos de luta pela terra	65
4.4.2 Movimentos de mulheres rurais	68
4.4.3 Movimento sindical rural	70
4.4.4 Movimento de jovens rurais	71
4.5 Aplicação do conhecimento	73
4.6 Bibliografia.....	74
4.6.1 Bibliografia básica da Unidade 4.....	74
Unidade 5 – Conheça o significado da disciplina	77
Francisco dos Santos Kieling, Analisa Zorzi, Ivaldo Gehlen, Daniel Gustavo Mocelin e Nilson Weisheimer	
Introdução	77
5.1 A construção do conhecimento.....	78
5.2 O método	80
5.3 Proposta para a prática de estudo e pesquisa da disciplina	82
5.4 Aplicação do conhecimento	84
5.5 Bibliografia.....	85
5.5.1 Bibliografia básica da Unidade 5.....	85
Glossário	87

A disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais** parte do pressuposto de que vivemos nosso cotidiano numa sociedade complexa sobre a qual muito se tem discutido e para cuja compreensão se têm criado muitas teorias nos últimos duzentos anos. Apropriar-nos de uma pequena parte do conhecimento produzido para que ela ajude a pensar e tomar decisões relativas ao desenvolvimento rural e à organização da vida social local constitui-se no principal desafio desta disciplina. Os conteúdos estão focados, sobretudo, em conceitos teóricos, pois sua apropriação correta pode ser transformada em ferramenta eficiente de planejamento e de imaginação, bem como de operacionalização de estratégias de transformação da realidade, fortalecendo a cooperação e a divisão de responsabilidades. A disciplina considera como pressuposto que a sociedade em que vivemos é dinâmica, isto é, está em transformação resultante das ações de seus membros ou atores sociais.

São objetivos principais da disciplina:

- (1) apresentar conceitos básicos, como: estratificação social e mobilidade social; atores sociais como cidadãos e como identidade sociocultural; organizações sociais: associações, sindicatos e cooperativas; movimentos sociais, especialmente rurais; e
- (2) aplicar os conceitos teóricos na leitura e identificação da realidade cotidiana em que vivem os atores sociais agricultores, com vistas a auxiliar a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural.

O manual constitui-se em um roteiro de estudo, sendo imprescindível realizar outras leituras, especialmente as aconselhadas ou sugeridas pela disciplina, em cada Unidade, bem como a realização dos exercícios propostos e a participação em debates e outros eventos que tratem da temática. O aprendizado sobre a realidade é um processo contínuo, pois ela se transforma, e nossas necessidades e maneira de ver as coisas também mudam.

Analisa Zorzi, Francisco dos Santos Kieling e Nilson Weisheimer

INTRODUÇÃO

Na Unidade 1, procuramos situar o debate sobre estratificação social na perspectiva da análise das desigualdades sociais. Para isso, em um primeiro momento, realizamos a distinção entre duas categorias que são tratadas em geral como equivalentes: desigualdade e diferença social.

Em um segundo momento, problematizamos a estratificação social propriamente dita, a relevância de seu estudo para a compreensão da realidade que nos cerca, formas e critérios comumente utilizados para se estratificar uma população e alguns exemplos históricos que ilustram modos distintos de hierarquias sociais.

Ainda dentro desse segundo ponto, são apresentadas duas teorias distintas sobre a estratificação da sociedade. Você perceberá que, apesar de possuírem semelhanças significativas, as teorias de Marx e de Weber se distinguem em pontos cruciais em relação à análise da forma, das origens e dos processos relacionados à estratificação social no capitalismo moderno. Além disso, são apontados alguns exemplos de indicadores de estratificação que relacionam a discussão teórica à perspectiva de análise das desigualdades.

Num terceiro momento, é apresentada a discussão sobre mobilidade social. Indicamos a relação entre as duas temáticas do texto e a importância específica de se estudarem os processos de mobilidade. Para isso, apresentamos os tipos de mobilidade e os fatores relacionados ao fenômeno.

1.1 DESIGUALDADE SOCIAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

1.1.1 Diferença e desigualdade social

O debate relacionado à diferença social e à desigualdade social leva em conta alguns aspectos importantes na especificação de cada definição. Ou seja, as designações dessas categorias não são sinônimas. No entanto, podemos observar que algumas diferenças sociais passam a representar elementos de desigualdade social na dinâmica das relações sociais construídas entre os indivíduos.

Norberto Bobbio, cientista político italiano, sugere uma reflexão sobre as desigualdades consideradas naturais e as desigualdades consideradas sociais. Conforme esse autor, duas pessoas podem ser diferentes por terem características físicas e ou biológicas diferentes; por exemplo, um homem se diferencia de uma mulher pela característica biológica sexo. Essa diferença pode ser considerada natural, por ser inerente ao sujeito. Em contrapartida, a diferença de sexo pode ser ressignificada nas relações sociais e tornar-se um elemento de diferenciação e de desigualdade social. Nesse sentido, quando falamos de diferenciação social entre os sexos, estamos nos referindo às relações de gênero.

Para exemplificar essa formulação, Bobbio (1997, p. 25) busca um trecho de Jean-Jacques Rousseau em seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, no qual ele afirma que existe uma

(...) distinção entre desigualdades naturais e desigualdades sociais, ou seja, entre as desigualdades produzidas pela natureza e as desigualdades sociais, produzidas por aquela mescla de relações de domínio econômico, espiritual e político que forma a civilização humana.

Esta definição supõe que os atributos, tanto da ordem da natureza quanto da ordem do social, passam a ter valor na dinâmica das relações sociais. Uma característica física, biológica, como é o sexo, transforma-se em algo negativo ou positivo na construção das interações sociais, que não está dada, mas resulta das relações socialmente construídas.

Podemos falar também nas diferenças sociais relacionadas à construção identitária dos sujeitos no interior dos grupos sociais. Nesse caso, também há uma relação entre identidade social e a posição ocupada pelo sujeito na estrutura social da sociedade. No entanto, ressaltamos mais uma vez que essa relação é construída nas interações sociais.

Torna-se necessário, então, entender a diferença entre identidade social e cidadania: a primeira remete à questão da diferença social relacionada ao espaço privado, e a segunda, à questão da desigualdade social relacionada ao espaço público.

Com o advento da sociedade industrial, a cidadania torna-se um direito público, já que é no espaço público que as relações sociais são construídas tendo como referência a sociedade global; logo, a cidadania está relacionada à existência social dos indivíduos. As relações de trabalho são exemplos de interações estabelecidas no âmbito da sociedade. Na era moderna, a cidadania passa a ser um direito, e não uma concessão; passa a ser uma condição de liberdade, na qual se estabelece a igualdade formal entre os cidadãos que expressam essa condição nos espaços públicos de interação.

Nesse sentido, o trabalho passa a ser um elemento importante que garante aos indivíduos sua liberdade para transitar no território, para expressar sua convicção religiosa, para ter acesso ao conhecimento e a alguns bens comuns. O indivíduo passa,

então, a ter liberdade para vender sua força de trabalho a fim de garantir a reprodução social de sua família (GEHLEN, 2009, ver infra, p. 31).

Em contrapartida, a identidade social do indivíduo está relacionada à existência privada. Ou seja, a identidade sociocultural refere-se à totalidade cultural da qual o indivíduo faz parte. Assim, entre os ciganos, ou entre os caboclos, ou entre os zulus, ou entre os poloneses, cada um se define pela semelhança, pelos gostos, pelo cheiro, pelos hábitos, validados pelos que pertencem ao mesmo universo da vida privada ou à mesma cultura, possuem o mesmo cheiro, pensam de forma a se entenderem por gestos, meias palavras. As leis são de sangue e, em geral, não escritas.

Na atual dinâmica social, algumas identidades socioculturais se sobrepõem a outras. Esse é o caso da dita civilização que tem como centro a tradição romano-cristã e os fundamentos que compõem o que entendemos hoje por cidadania, que, a partir de uma visão eurocêntrica, subvaloriza as identidades indígenas e africanas. Em nome dessa civilização ocidental cristã, subjugam-se essas identidades como se ocupassem posição inferior no estrato social. Portanto, nesse caso, a diferença se constituiu também em critério de desigualdade social. Os valores de cidadania se impuseram como se constituíssem uma única identidade universal e, com isso, deveriam fazer parte da vida privada de cada um. A cidadania se sobrepôs à identidade; o trabalho, à cultura.

Portanto, o debate sobre as definições de diferença e desigualdade sociais é de extrema relevância para o entendimento das dinâmicas sociais que envolvem a construção da estrutura social da sociedade e para seu entendimento através da estratificação social, já que, como ficará claro ao longo do texto, na sociedade em que vivemos, os indivíduos se diferenciam não só em relação à sua identidade sociocultural, senão também em relação à cidadania. Ou seja, há uma desigualdade no acesso a bens, oportunidades, trabalho e recursos entre os indivíduos.

1.2 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Na medida em que as sociedades humanas se desenvolveram, elas tenderam a se complexificar. A complexidade de uma sociedade pode ser identificada por sua diferenciação interna, de modo que podemos afirmar que as sociedades complexas são internamente diferenciadas. Quando essas diferenças sociais são usadas como fundamento para a distribuição desigual de recursos e poder, fundando relações de dominação e atribuindo às pessoas e aos grupos sociais posições numa hierarquia social, deparamo-nos com a produção de desigualdades sociais.

As desigualdades podem ser entendidas como produtos da distribuição diferenciada de recursos socialmente valorizados, tais como conhecimento, renda monetária, propriedade, prestígio e poder político. Um dos mecanismos utilizados pelos cientistas sociais para investigar essas desigualdades são as teorias e esquemas de

estratificação social. Estes oferecem subsídios para descrever a maneira como os recursos se concentram entre diferentes grupos e classes sociais.

1.2.1 O que é estratificação social?

Embora seja possível construir uma extensa ordenação dos graus e recursos aos quais os indivíduos têm acesso e dos quais têm controle, tais como renda monetária, propriedades, poder e prestígio, a abordagem adotada pela Sociologia é a de analisar essa distribuição como uma manifestação coletiva, por meio do estabelecimento de um conjunto de estratos sociais, representativos de grupos e classes específicas. Isso permite que a sociedade possa ser estudada a partir da constituição da desigualdade entre grupos sociais dispostos de maneira hierarquizada, formando camadas distintas e superpostas. Nesse sentido, o sociólogo britânico Anthony Giddens (2005, p. 234) escreveu de maneira bastante simples que “a estratificação social pode ser definida como as desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas”. Resumindo, podemos dizer que estratificação social é um recurso heurístico que auxilia no estudo das diferenças e das desigualdades entre pessoas e grupos em uma dada sociedade ou em uma parte dela, permitindo identificar a posição que cada um ocupa na estrutura social, de acordo com um critério estabelecido teoricamente.

O objetivo da pesquisa que se utiliza da estratificação social é especificar a forma e os contornos desses distintos grupos sociais para descrever os processos através dos quais se faz a alocação dos indivíduos em diferentes condições sociais de existência, a fim de revelar os mecanismos institucionais por meio dos quais são geradas e mantidas as desigualdades sociais (GRUSKY, 1996).

Um dos indicadores mais famosos criados para a medição da desigualdade em relação a um recurso específico é o Índice de Gini, explicado detalhadamente abaixo.

INFORMAÇÃO

O Índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini. Ele serve como um instrumento para medir o grau de concentração de um recurso material específico (renda, terra, etc.). Os dados mais usados são aqueles referentes à distribuição de renda de um determinado grupo. Ele aponta a relação existente entre a apropriação de recursos dos mais pobres e a dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 (zero) a 1 (um). O valor 0 representa a situação de igualdade, ou seja, todos concentram a mesma quantidade do recurso específico em questão. O valor 1 está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém todo o recurso.

Na prática, o Índice de Gini compara a apropriação de recursos dos 20% mais pobres e com a dos 20% mais ricos. No *Relatório de Desenvolvimento Humano 2004*, feito pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o recurso mensurado foi a renda familiar. Naquele estudo, o Brasil obteve um índice de 0,591. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda.

A definição do Índice de Gini, de acordo com o PNUD, estabelece que ele mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0 a 1: 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor); e 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um detém toda a renda da sociedade, e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Novamente enfatiza-se: apesar de ser medido comumente para a apropriação de renda, o índice pode ser calculado para outros recursos, até mesmo para a apropriação de terras, como mostra a tabela abaixo. Nesse caso, é interessante averiguar que o grau de apropriação de terras no Brasil revela uma realidade ainda mais desigual do que o de concentração de renda.

Tabela 1
Índice de Gini da propriedade da terra no Brasil

Grandes Regiões	2000
Norte	0,714
Nordeste	0,780
Sudeste	0,750
Sul	0,707
Centro-Oeste	0,802
BRASIL	0,802

Fonte: INCRA/MDA, *O Brasil desconcentrando terras*, 2001.

A representação gráfica do Índice de Gini é obtida através da curva de Lorenz. Esta é construída a partir da ordenação da população pela renda. No eixo horizontal fica a porcentagem acumulada da população, enquanto no vertical fica a porcentagem acumulada da renda, permitindo identificar qual a parcela da renda total acumulada pelas diversas camadas da população. Quando todos os indivíduos ganham a mesma parte da renda total, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico seria representado pela reta de 45 graus (linha escura no gráfico abaixo). Quanto mais distante a curva dessa reta, maior a desigualdade (a linha azul representa a desigualdade no Brasil em 2004).

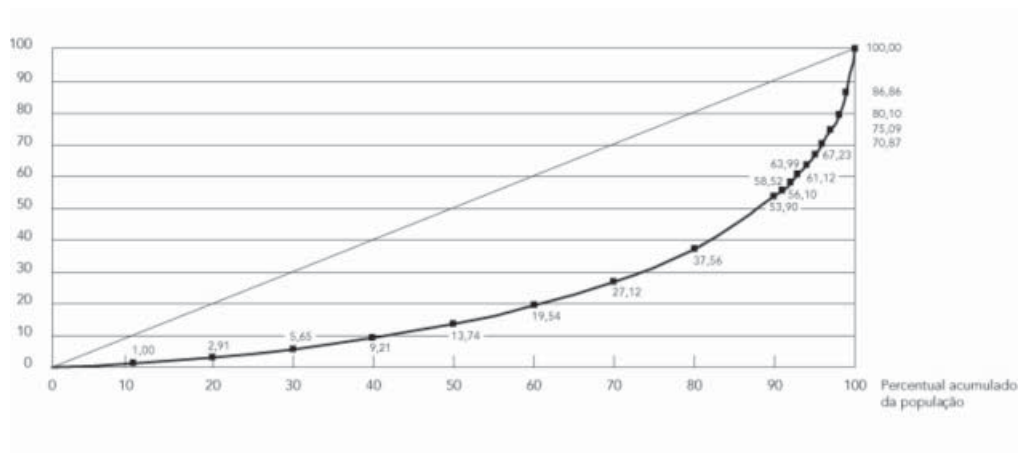


Figura 1 – Curva de Lorenz da distribuição da renda no Brasil

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE 2002-2003).

ANOTE

Valer-se da análise da estratificação social torna-se importante na medida em que se reconhece uma distribuição desigual dos recursos socialmente valorizados, com indivíduos, famílias e grandes grupos sociais tendo mais acesso a tais recursos e desfrutando um volume maior que outros de propriedade, de poder e de prestígio. Com efeito, as posições dos sujeitos em relação ao acesso desigual dos recursos e recompensas constituem a base dos esquemas de estratificação social. Assim, podemos dizer que a estratificação permite o estudo das desigualdades sociais, mas estas não se reduzem à estratificação social. Existem outros mecanismos que produzem desigualdades e que não correspondem a estratos sociais; entre elas, temos as que se estabelecem entre homens e mulheres, denominadas desigualdades de gênero; aquelas que se verificam, por exemplo, entre brancos, negros e indígenas, denominadas desigualdades étnicas e raciais; e aquelas que se evidenciam entre jovens, adultos e idosos, denominadas desigualdades geracionais. Contemporaneamente, esses tipos de desigualdades podem ser verificados em diferentes estratos sociais e determinar até mesmo a posição dos sujeitos em relação ao estrato, porém esses tipos de desigualdades não correspondem às formas de estratificação predominantes nas sociedades modernas.

1.2.2 Formas históricas de estratificação social

Historicamente, a humanidade conheceu basicamente quatro sistemas de estratificação social: a escravidão, a casta, o estamento e a classe (GIDDENS, 2005). Esses diferentes sistemas de estratificação social encontram-se sistematizados no quadro que segue.

Quadro 1
Sistema de estratificação, vantagens, tipos
de estratos e formas de mobilidade

Sistema de estratificação	Vantagens maiores	Estrato superior	Estrato inferior	Forma de mobilidade
Escravidão	Força de trabalho	Senhores de escravos	Escravos	Apropriação forçada – guerra
Casta	Pureza étnica	Brâmanes	Intocáveis	Hereditariedade
Estamento	Terra e força de trabalho	Clero e Nobreza	Servos	Hereditariedade
Classes	Meios de produção	Capitalistas	Proletários	Competição mercantil

Adaptado de: OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996.

A forma mais antiga de estratificação sistemática conhecida é a **escravidão**. Esta se caracterizou pela extrema desigualdade social, uma vez que estabelecia que certos indivíduos eram propriedade de outros. Os escravos constituíam o estrato social mais baixo. Nesse sistema de estratificação, a mobilidade se realizava pela apropriação forçada de indivíduos e grupos por meio da conquista e da escravização dos povos derrotados em batalhas, assim como a rara conquista da liberdade também ocorria através de vitórias em guerras de libertação.

A **casta** é uma forma de estratificação social que se vincula às culturas do subcontinente indiano e se fundamenta no reconhecimento de *status* e prestígio atribuídos por hereditariedade, típicos das prescrições da crença hindu. Esta apresentava o tabu de que, se o indivíduo não fosse fiel aos rituais e aos deveres de sua casta, renasceria em uma posição inferior na próxima encarnação.

Os **estamentos** fazem parte das formas tradicionais de organização social que incluem o feudalismo europeu e outras formações sociais pré-capitalistas. Nessas sociedades estamentais, os estratos formam-se por meio da imposição de obrigações e regras morais que reproduzem os ofícios de geração a geração. Neles, temos o clero, a nobreza e a plebe, cujos pertencimentos sociais eram estabelecidos pelo nascimento, ou seja, eram atribuídos hereditariamente.

Por fim, as **classes** correspondem ao sistema de estratificação das sociedades modernas, que emergiram com a formação e a expansão do capitalismo. Podemos definir uma classe social como um amplo grupo de pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção, a qual corresponde a uma dada posição em relação ao mercado de bens e capital, como, por exemplo, a de comprador ou vendedor de força de trabalho.

Logo, o fato de ser ou não proprietário dos meios de produção (como terras, fábricas, máquinas e equipamentos, tecnologias, fontes de energia, etc.) e o volume dessa posse determinará a posição de classe do indivíduo, sua fonte de renda, seu acesso ao conhecimento e seu estilo de vida. Este último – diferentemente do que ocorre nas sociedades formadas por castas, consideradas como de estrutura social fechada – pode ser considerado um sistema de estratificação aberto, uma vez que é possível aos indivíduos ascender ou descender nos estratos sociais, conforme suas capacitações, méritos pessoais ou sociais e conjunturas sociais amplas.

1.2.3 Teorias da estratificação social

Qualquer critério de estratificação social que venhamos a adotar terá que ter necessariamente uma fundamentação teórica que oriente sua construção. Nos tempos atuais, tornou-se convencional entre os pesquisadores estabelecer uma distinção entre sistema de classes moderno e as posições, ou estamentos, encontradas em sociedades pré-capitalistas ou em sociedades agrícolas avançadas, nas quais as relações mercantis se encontravam apenas parcialmente desenvolvidas.

Em todos esses casos, as ideias desenvolvidas por Karl Marx e Max Weber formam a base da maioria das análises sociológicas sobre as classes e a estratificação social. Devido à importância e ao alcance de suas contribuições, apresentaremos a seguir a contribuição de Marx e seu método dialético e, na sequência, a teoria weberiana de estratificação, que corresponde ao método compreensivo.

1.2.3.1 TEORIA MARXISTA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Em seu percurso intelectual, Karl Marx integrou criticamente as contribuições da Filosofia clássica alemã, do Socialismo utópico francês e da Economia Política inglesa. Na articulação dessas três fontes, produziu um método de análise e interpretação da sociedade de sua época. Sua contribuição às Ciências Sociais, a partir dessas vertentes, resulta no materialismo histórico e dialético, elementos principais e conjugados de caráter teórico-prático de análise do capitalismo (IANNI, 1979).

Marx dedicou a maior parte de sua obra ao que estamos tratando como estratificação social, sobretudo se consideramos que esse autor buscou interpretar a gênese e o desenvolvimento do modo de produção capitalista com base nas desigualdades entre as classes sociais. Contudo, surpreendentemente, ele não produziu uma única obra em que apresente de modo sistemático seu conceito de classes social.

Conforme nos relata Giddens (2005, p. 234-5), o manuscrito no qual Marx trabalhava na época de sua morte foi interrompido justamente no ponto em que ele apresenta a pergunta: “O que constitui uma classe?”. Dessa forma, esse conceito nos chega ao longo de sua vasta obra, em diferentes passagens que, embora dispersas, são razoavelmente precisas em seu entendimento e se vinculam à sua concepção de sociedade.

Para Marx, a sociedade humana comporta uma dupla dimensão, as quais chamou de infraestrutura e de superestrutura. A infraestrutura da sociedade corresponde à base material desta, cuja centralidade está no processo de trabalho, o qual implica a articulação entre as forças produtivas (trabalho e meios de produção) e o conjunto das relações sociais de produção. É no nível da infraestrutura que se determina o conteúdo de um modo de produção social, o que é feito pelo tipo de relação social predominante. Assim, por exemplo, as relações de produção fundadas no trabalho escravo caracterizam o modo de produção escravista; as relações de produção assentadas na servidão definem o modo de produção feudal e as relações de produção com base do trabalho assalariado marcam o modo de produção capitalista.

A uma infraestrutura corresponderá sempre uma superestrutura, que é expressão dessas relações de produção. A superestrutura comporta o conjunto das representações sociais, como as jurídicas, políticas e religiosas, que justificam e visam preservar as relações sociais em seu *statu quo*. Nesse nível da realidade social se situa o conjunto de valores morais, éticos e estéticos de uma sociedade, bem como as diferentes formas de produção dos conhecimentos: científico, filosófico e ideológico.

Entre os níveis da infraestrutura e o da superestrutura existe uma relação dialética, ou seja, uma relação de mútua determinação. Contudo, em última instância, é no nível da infraestrutura que se determinam as dinâmicas de transformação social. Com efeito, a classe social dominante no âmbito da infraestrutura será também a classe dominante no nível da superestrutura social. Marx argumenta que as transformações sociais não devem ser interpretadas a partir das ideias dos homens, mas tendo em vista os conflitos gerados entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Destaca-se que Marx não aborda a produção em geral, mas se refere sempre à produção em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da humanidade. Aqui, a primeira questão importante é não fazer uma leitura reducionista das categorias usadas por esse autor, ou seja, não reduzi-la a uma leitura econômica da sociedade, evitando, assim, tomar o conceito de modo de produção apenas como o processo de produção de bens materiais.

Buscamos, com isso, chamar sua atenção para que você perceba que modo de produção é um conceito teórico que inclui, além da produção de bens materiais, outros níveis de realidade social, tais como o jurídico, o político e o ideológico. Ou seja, o modo de produção é um conceito que permite pensar a totalidade social.

O que define o caráter de um modo de produção é a articulação existente entre as *forças produtivas* e as *relações sociais de produção*. Essa articulação visa assegurar a própria reprodução do modo de produção. Com isso, podemos dizer que os modos de produção até hoje existentes se definem pela presença de classes sociais complementares e antagônicas, que resultam da articulação entre determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e suas correspondentes relações sociais de produção. No capitalismo, esse processo implica

- (a) que todo produto social toma a forma de mercadoria;
- (b) que a própria força de trabalho é uma mercadoria; e
- (c) que o capital, que é uma relação social, se cristaliza nos meios de produção, os quais são também mercadorias.

Essa relação social de produção possibilita a extração da mais-valia como apropriação privada do valor gerado pelo trabalho socialmente realizado e potencializa a circulação do capital em base ampliada. Com efeito, conforme expõe Marx (2004), o que define o capitalismo não é simplesmente a produção de mercadorias, mas, precisamente, o fato de que

(1) as mercadorias são produto do capital; (2) a produção capitalista é a produção de mais-valia; e (3) é, no fim de contas, a produção e a reprodução do conjunto das relações, e através disso, que este processo imediato de produção se caracteriza como especialmente capitalista (p. 37).

Conforme essa teoria, o que determina o caráter das relações sociais é a forma que assume a propriedade dos meios de produção. As classes sociais resultam justamente da posição do indivíduo nessa relação social. As classes sociais são grandes agrupamentos humanos que se definem a partir da posição ocupada pelos indivíduos nas relações sociais de produção como proprietários ou não proprietários dos meios de produção. Essas duas situações correspondem no capitalismo às duas classes fundamentais: os capitalistas, ou burgueses, e os trabalhadores, ou proletários.

O fundamento dessa proposição reside em que, para Marx (1985), o homem é a personificação do processo de trabalho que realiza. Em termos sociológicos, isso implica reconhecer que é sua posição no processo de trabalho que o produz como

ser social. Dito de outro modo, é sua posição na divisão social do trabalho como proprietário ou não dos meios de produção que determina sua classe social.

Sendo assim, o pertencimento a uma classe social corresponde a um determinado modo de vida, a uma forma de manifestar sua própria vida através do trabalho. A cada uma das classes sociais corresponde uma forma de obtenção do valor produzido pelo trabalho: a do capitalista é o lucro; a do trabalhador, o salário. Na agricultura, um terceiro agente aparece como classe social: o proprietário fundiário; este acessa o valor sob a forma de renda da terra.

Com o desenvolvimento das forças produtivas liberadas pelo capitalismo, a humanidade presenciou uma geração de riqueza jamais vista nas formações sociais anteriores. Entretanto, o acesso dos trabalhadores às riquezas produzidas por seu próprio trabalho é extremamente reduzido. Eles continuam em condições de vida precárias enquanto a riqueza é acumulada em volumes cada vez maiores pelos proprietários dos meios de produção que exploram o trabalho alheio.

Marx empregou o termo *pauperização* para descrever o processo pelo qual a classe trabalhadora em geral fica cada vez mais pobre em comparação com a classe capitalista, sendo que a desigualdade daí resultante não afeta apenas as relações econômicas, mas incide também no nível da superestrutura da sociedade.

1.2.3.2 TEORIA WEBERIANA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A teoria weberiana da estratificação social foi produzida em diálogo com a análise desenvolvida por Marx, porém Weber a modificou. Assim como Marx, Weber também considerava que a sociedade se caracterizava por conflitos quanto à distribuição dos recursos e ao poder. Contudo, Weber defendia que esta polarização ia além das relações econômicas. Este autor buscou apresentar uma abordagem multidimensional da sociedade e, por isso, argumentava que a estratificação social não era centrada na questão econômica, mas envolvia ainda outros dois aspectos: *status* e poder.

Segundo Weber, a sociedade está estratificada de maneira multidimensional, e suas bases são a economia, o *status* e o poder. O fundamento de sua proposta é que não há uma única causa para estes processos e que as dimensões materiais e simbólicas têm igual influência. Para Weber, a compreensão desses fenômenos está nos sentidos subjetivos atribuídos pelos agentes à sua posição na hierarquia social.

A base de sua análise é a assimetria de poder na sociedade. O autor entende o poder como “a possibilidade de que um homem ou um grupo de homens realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participem da ação” (WEBER, 1979, p. 211). O poder pode ter uma base econômica ou fundar-se em códigos de honra de uma determinada sociedade.

Quando a ação se desenvolve no âmbito do mercado, o objetivo é o poder econômico; portanto, é na ordem econômica que se define a **classe**. A forma como as honras são distribuídas na sociedade estabelece uma distinção de outra natureza: de-

fine a composição dos **estamentos**. A organização para a obtenção de poder social, independente do conteúdo da ação comunitária, é o **partido**. Conforme argumenta Weber, classes, estamentos e partidos são expressões do fenômeno da distribuição do poder dentro de uma dada sociedade.

1.2.3.2.1 Classes

Para Weber, o conceito de classe designa um conjunto de indivíduos que se encontram na mesma situação de classe. O que define a situação de classe dos indivíduos é sua posição nas relações de mercado. A situação de mercado corresponde, por sua vez, a todas as oportunidades de trocar objetos por dinheiro, as quais, pelo conhecimento que os participantes têm, orientam, na relação de troca, sua competição de preços. Com efeito, os indivíduos participam dessas relações de troca na condição de proprietários ou vendedores de bens econômicos. *Situação de classe*, nesse sentido, é, em última análise, *situação de mercado* (WEBER, 1979, p. 214).

Dispor de propriedade e não ter propriedade “são, portanto, as categorias básicas de toda situação de classe” (p. 213). A mesma situação perante o mercado colocaria os indivíduos sujeitos às mesmas exigências econômicas, o que influenciaria de forma causal tanto os padrões materiais de sua existência quanto o tipo de vida que eles poderiam levar.

Como exemplo de classes, Weber cita os proprietários de terra ou de escravos, os industriais, os trabalhadores qualificados e os profissionais liberais (no caso destes últimos, o conhecimento é considerado sua propriedade). São todos grupos positivamente privilegiados devido à sua situação no mercado, isto é, a de possuidores de algum tipo de propriedade que tem valor. Os trabalhadores não qualificados, por sua vez, formariam as classes negativamente situadas no mercado (QUINTANERO et al., 2001).

Desse modo, podemos identificar uma estratificação de classes: (a) a classe operária, definida pela ausência de propriedade; (b) a classe lucrativa e comercial, definida pela valorização de bens e serviços no mercado; (c) as classes sociais, quando os indivíduos se movem livremente dentro de uma série de situações de classes semelhantes. Já os escravos não seriam considerados uma classe, porque não poderiam usar em proveito próprio os bens e serviços no mercado e configurariam uma condição de estamento (WEBER, 1979).

1.2.3.2.2 Estamento

As diferenças entre estamentos são originadas pelo sistema de honrarias. Com efeito, a situação estamental do indivíduo é determinada pelo *status* que ele possui e que estabelece sua posição na hierarquia social. Essa honraria pode estar relacionada a qualquer qualidade partilhada por uma pluralidade de indivíduos. Ela ocorre em função do juízo que os outros fazem dele ou da posição social, atribuindo-lhe um determinado grau (positivo ou negativo) de prestígio, respeito ou consideração. Sua situação estamental pode inclusive estar vinculada a uma situação de classe. Só que,

nesse caso, tanto os proprietários como os não proprietários pertencem ao mesmo estamento. Entretanto, a igualdade estamental entre proprietários e não proprietários é precária (WEBER, 1979).

No contexto de estratificação por estamentos, o grupo social será construído por certo número de indivíduos que partilham do mesmo *status* social. Os grupos têm consciência de sua posição comum e tendem ao autofechamento, isto é, impedem a entrada no grupo de indivíduos de outras situações de *status*.

Além disso, tais grupos manifestam um estilo de vida próprio que os diferencia dos demais e reforça as restrições ao contato com outras coletividades. Este é o caso das castas que se estruturam tendo por fundamento o pertencimento étnico, o qual é reforçado por prescrições religiosas (WEBER, 1979). Quanto ao efeito geral da ordem estamental, o autor destaca: “o impedimento do livre desenvolvimento do mercado ocorre primeiro para os bens que os estamentos subtraem diretamente da livre troca pela monopolização” (p. 226). Resumindo:

(...) enquanto as “classes” se estratificam de acordo com suas relações com a produção e a aquisição de bens, os “estamentos” se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representados por “estilos de vida” especiais.

1.2.3.2.3 Partido

A existência dos partidos se dá pelo signo do poder, uma vez que são instrumentos para disputá-lo. Segundo Weber (1979), os partidos são organizações que pressupõem comunidades socializadas, ou seja, onde há alguma ordem racional e um quadro de pessoas para ser influenciado ou recrutado pelo partido:

A estrutura sociológica dos partidos difere de forma básica segundo o tipo de ação comunitária que buscam influenciar [...] e também diferem segundo a organização da comunidade por classes ou estamentos (p. 227-8).

Os partidos aparecem frequentemente vinculados a interesses de classes, estamentos ou outros grupos, como corporações. Eles podem representar interesses desses grupos, mas nem sempre poderão ser compreendidos como partidos de classes ou grupos sociais, segundo observou Weber; geralmente são do tipo misto e, por vezes, nem uma coisa nem outra, constituindo-se como um clube de interesses, ou interessados em usufruir o poder. Além disso, qualquer associação voluntária que se proponha a apoderar-se do controle direto de uma dada organização, a fim de promover determinada política no interior desta, pode ser entendida como um partido no sentido sociológico do termo.

ANOTE

Comparando as propostas de Marx com as de Weber, podemos observar que ambas concordam quanto à importância das posições de classe dos sujeitos. Weber, porém, propõe que, além da classe, outras dimensões de estratificação influenciam a vida das pessoas. Enquanto Marx concentra a estratificação na posição de classes, Weber chama a atenção para a interação existente entre *classes*, *status* e *partido* como aspectos da estratificação. Com isso, além de fatores objetivos, como a posição da pessoa no processo de produção, ele introduz, nos critérios de estratificação, aspectos subjetivos atribuídos pelos indivíduos, como, por exemplo, o prestígio social. Por esse motivo, diversos sociólogos acreditam que Weber fornece bases mais flexíveis para a análise das formas de estratificação social. Outros, porém, afirmam que essa abordagem acentuadamente subjetivista não distingue com suficiente precisão a posição dos sujeitos nos diferentes estratos sociais, conduzindo a critérios extremamente incertos e misturando os julgamentos dos pesquisadores com os das pessoas entrevistadas.

1.2.4 Critérios de estratificação social

Conforme afirmamos anteriormente, as diferenças sociais existem devido à natureza complexa da sociedade. É preciso identificar, explicar e compreender tais diferenças como expressões teóricas dessa realidade. A estratificação social é uma forma utilizada pelos cientistas sociais para estudar esse processo. Desse modo, os critérios de estratificação utilizados implicam uma tomada de posição teórica do pesquisador.

Geralmente, busca-se estabelecer algum tipo de escala em que se possa distribuir a população, mas também se pode realizar tal distribuição com base em critérios nominais. Se optarmos por considerar as diferenças de tamanhos das propriedades rurais numa análise da realidade social, devemos propor uma estratificação em escala numérica.

De modo alternativo, podemos buscar estabelecer estratos sociais relacionados com os tipos de ocupação em que se distribui uma população; ou ainda, relacionados com o *status* conquistado pelos indivíduos através do trabalho e de sua comprovada capacidade. Vejamos alguns exemplos na tabela 2, abaixo.

Tabela 2
Estratificação social por escala – tamanho de propriedade
fundiária (área total em ha)

Tabela 2					
Estrutura Fundiária Brasil 2003					
Estratos área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média Hectares
	Nº de imóveis	%	Hectares	%	
Até 10	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a 2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
TOTAL	4.238.447	100,0	420.345.362	100,0	99,2

Fonte: INCRA, II PNRA.

Observação: Situação em agosto de 2003.

No exemplo apresentado pela tabela acima o critério para estratificar as propriedades rurais foi o tamanho da propriedade. A partir desse critério, foram estabelecidos os indicadores: “até 10 ha”, “de 10 a 25 ha”, e assim sucessivamente, em oito faixas, até “mais de 2.000 ha”. A partir dessa estratificação, tem-se a distribuição de propriedades rurais no Brasil, por área, no ano de 2003. Pressupõe-se que essa estratificação possa indicar o acesso de famílias de agricultores à terra, ou seja, que ela possa ser um indicador de diferencial de riqueza entre os agricultores no país.

A primeira faixa apresenta o número de propriedades com até 10 ha, o percentual destas no total de estabelecimentos rurais no país, o número de hectares ocupados por essas propriedades, o percentual dessa área e a superfície média delas. A faixa seguinte concentra aqueles estabelecimentos com área entre 10 ha e 25 ha, e assim sucessivamente, até o último estrato, que apresenta as propriedades com mais de 2.000 ha.

Esses dados nos permitem concluir que, apesar de concentrarem mais de 30% dos imóveis rurais no país, as propriedades com até 10 ha ocupam menos de 2% da área não urbana. Enquanto isso, os estabelecimentos rurais com mais de 2.000 ha, que representam menos de 1% dos imóveis do país, ocupam mais de 30% da área. Além disso, podemos verificar quão intensa é a concentração de terras no país, o que representa uma situação de desigualdade no acesso ao recurso em questão.

No tabela 3, abaixo, é apresentada a estratificação dos imóveis rurais do estado do Rio Grande do Sul. Com base nesse critério (área do imóvel), foram estabelecidas quatro categorias representativas dos indicadores específicos: “grande”, “média”, “pequena” e “minifúndio”.

Tabela 3
Número de imóveis rurais e área total – RS

Rio Grande do Sul	Imóveis	%	Área (ha)	%
	615.819	100	22.561.112,80	100
Grande	9.735	1,6	8.000.385,00	35,5
Média	29.927	4,9	5.078.140,00	22,5
Pequena	170.976	27,8	5.853.412,30	25,9
Minifúndio	393.285	63,9	3.516.367,80	15,6
Não Classificado	11.896	1,9	112.807,60	0,5

Fonte: INCRA/DF/DFC – Apuração especial n. 00588 – SNCR, dez. 2005.

Observação: Grande: a partir de 2.001 ha; Média: de 101 a 2.000 ha; Pequena: de 11 a 100 ha; Minifúndio: até 10 ha.

De acordo com esses dados, as grandes propriedades representam 1,6% dos estabelecimentos rurais do estado e ocupam 35,5% da área. Enquanto isso, os minifúndios somam 63,9% dos imóveis rurais e representam uma superfície de 15,6%. É interessante notar que, mesmo utilizando outras formas de apresentação dos dados, a conclusão a que se pode chegar comparando o tabela 3 com a tabela 2, acima, é a mesma: existe uma concentração de terras bastante significativa no país e no estado do Rio Grande do Sul.

A figura 2, abaixo, apresenta um exemplo de estratificação social nominal, segundo a condição do produtor (proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante).

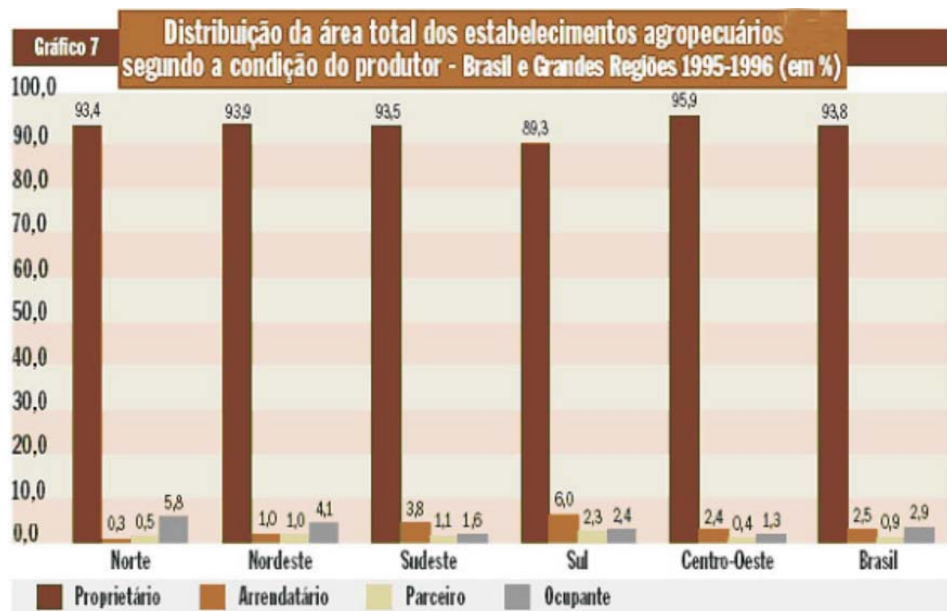


Figura 2 – Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor – Brasil e Grandes Regiões, 1995 – 1996 (em %)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário. Elaboração: DIEESE.

Neste terceiro exemplo, a estratificação foi realizada a partir do critério “condição do produtor”, que deu origem aos indicadores “proprietário”, “arrendatário”, “parceiro” e “ocupante”. A segmentação dos produtores rurais foi realizada também a partir do critério “região geográfica”. Desse modo, é possível identificar no quadro geral do Brasil, qual região apresenta maior índice de proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes.

Os dados apresentados nesta figura mostram quão alto é o índice geral de produtores rurais proprietários de suas terras no Brasil (93,8%). Indicam ainda que o maior índice de produtores ocupantes de terras está na região Norte (5,8%) e que o maior índice de produtores arrendatários está na região Sul (6,0%).

Existem outras formas de estratificação. Uma delas é a que usa como critério o tipo de ocupação para o qual se estabelece uma série de indicadores. São exemplos, entre outros, de tipos de ocupação: trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e de pesca; trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (Censo Demográfico 2000). Uma outra estratificação é baseada na diferenciação entre grupos pelo critério de *status*. Exemplo de estratificação pelo critério de *status*, segundo Pastori, apud Trujillo Ferrari (1983, p. 442): Alto; Médio-Superior; Médio-Médio; Médio-Inferior; Baixo-Superior; Baixo-Inferior.

Essas diferentes maneiras (ocupação e *status*) de estratificar a população dependem de indicadores e fatores relacionados ao contexto social e econômico da realidade a ser estudada e estratificada.

1.3 MOBILIDADE

1.3.1 Mobilidade social

Analisar uma sociedade a partir de um modelo de estratificação social permite averiguar “fotograficamente” como os recursos sociais disputados estão distribuídos. Esse modo de captar uma dada realidade favorece o conhecimento das desigualdades estruturadas num determinado momento histórico.

Complementarmente, os estudos sobre mobilidade social favorecem uma análise “cinematográfica” da distribuição e apropriação dos recursos sociais, ou seja, favorecem a análise dos deslocamentos de indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo. Essas investigações “buscam mensurar o grau de fluidez da estrutura social, bem como identificar os padrões e a movimentação envolvidos na distribuição e redistribuição de atributos específicos” (SCALON, 1999, p. 18).

Dessa forma, podemos definir mobilidade social como o movimento de indivíduos e grupos de um estrato social a outro, de uma posição de classes ou *status* a outro, ou mesmo como uma mudança de ocupação ou profissão. Em qualquer desses casos, a mobilidade social implicará o deslocamento entre posições socioeconômicas diferentes.

Devemos, por tanto, de acordo com Stavenhagen (2004, p. 240), reconhecer que “a mobilidade social implica um movimento significativo na posição econômica, social e política” de um indivíduo ou grupo. Essa mobilidade pode ser observada de modo individual ao longo da vida de uma única pessoa, ou pode ser vista de modo coletivo, como a mobilidade realizada por uma família, um grupo social, uma região ou mesmo uma nação inteira. Isso implica reconhecer que há diferentes tipos de mobilidade social. Antes de identificarmos esses diferentes grupos, vale a pena deter-nos um instante nas razões pelas quais se estuda a mobilidade social.

1.3.1.1 POR QUE ESTUDAR A MOBILIDADE SOCIAL

Ao estudarmos a estratificação social, devemos considerar não apenas as posições econômicas, de *status* e de poder, mas também o que ocorre com indivíduos, famílias e outros grupos sociais. Os sociólogos estudam não somente os diferentes fatores que contribuem para a mobilidade social, como também o ritmo de tais mudanças, e comparam diferentes contextos a fim de conhecer os tipos de sociedades de nosso tempo.

1.3.1.2 TIPOS DE MOBILIDADE SOCIAL

Como já mencionamos, existem diferentes tipos de mobilidade social, denominados: mobilidade vertical; mobilidade horizontal; mobilidade intergeracional; e mobilidade intrageracional.

A **mobilidade vertical** refere-se às mudanças de subida ou descida de um estrato social a outro, quando um indivíduo passa de uma classe social para outra, de uma posição de prestígio ou poder para outra. Essa forma de mobilidade pode ser ascendente, quando o indivíduo sobe na hierarquia social, ou descendente, quando ele passa a ocupar uma posição inferior.

Exemplificando: Quando um agricultor que não tem terra e trabalha em regime de parceria na área de terceiro consegue capitalizar-se e adquire uma área de terra sua, passando a ser o proprietário desse meio de produção, observamos uma mobilidade vertical ascendente. Por outro lado, quando um agricultor, por diferentes motivos, se descapitaliza a ponto de ter de vender sua propriedade e tem que trabalhar como assalariado, deparamo-nos com uma situação de mobilidade vertical descendente.

A **mobilidade horizontal** refere-se a um deslocamento significativo dentro do mesmo nível social, isto é, que não implica a alteração da situação de estrato social. Esta se refere principalmente a deslocamentos geográficos entre bairros, cidades ou regiões, que podem ser identificados como movimentos migratórios. Muitas vezes, a mobilidade vertical e a horizontal se combinam.

Exemplificando: Quando um trabalhador da construção civil que ganha dois salários mínimos muda de ocupação e passa a trabalhar como segurança em um posto de gasolina ganhando a mesma quantia, temos uma mobilidade horizontal. Quando um agricultor vende sua propriedade de terra e vai para a cidade trabalhar como comerciante, temos uma mobilidade horizontal combinada com a vertical; esta será ascendente ou descendente, conforme os resultados dos rendimentos monetários, do *status* e do poder que isto lhe proporcionar.

A **mobilidade intergeracional** refere-se à mobilidade social que ocorre entre gerações diferentes. Aqui se trata de analisar até que ponto os filhos ingressam na mesma profissão de seus pais e avós. Essa mobilidade geracional pode também combinar-se com a vertical.

Exemplificando: Quando a filha de um operário alcança uma educação universitária e se forma em medicina, ocorre uma mobilidade geracional ascendente. Quando o filho de um agricultor familiar busca suceder o pai na gestão da propriedade familiar, não temos uma mobilidade geracional. Já quando o filho de um proprietário de meios de produção passa a atuar como assalariado no mesmo ramo de atividade, temos uma mobilidade geracional combinada com uma mobilidade vertical descendente.

A **mobilidade intrageracional** é aquela em que podemos observar as alterações de classe, *status* e poder ao longo da vida de um indivíduo ou entre membros de uma mesma geração; ou seja, quando ocorre uma mudança de carreira profissional que produz o deslocamento individual entre estratos sociais diversos. Podemos,

assim, verificar até que ponto o indivíduo se deslocou para cima ou para baixo na hierarquia social ao longo de sua carreira profissional.

Exemplificando: Suponhamos uma família de poucos recursos que tenha três filhos. Quando concluem o ensino médio, dois deles param de estudar e se inserem no mercado de trabalho como comerciários, enquanto o terceiro entra na universidade, vindo a graduar-se em engenharia civil e a empregar-se em um posto de comando numa grande empresa. Um dos dois primeiros, vendo o exemplo do irmão, retoma os estudos na área de processamento de dados e monta sua própria empresa de prestação de serviços. Ao compararmos as trajetórias dos três, constatamos que se estabeleceu entre eles uma mobilidade intrageracional.

1.3.1.3 SOCIEDADE HIERARQUIZADA E SOCIEDADE NÃO-HIERARQUIZADA

Vimos que todas as sociedades possuem algum sistema de estratificação social. Havendo estratificação, é possível esperar que haja possibilidade para a mobilidade social nos termos expostos acima. Isso nos permite classificar as sociedades conforme as condições em que indivíduos e grupos sociais experimentam tal mobilidade. Numa sociedade não-hierarquizada, existem desigualdades sociais, mas as pessoas e grupos têm a possibilidade de transitar entre os estratos sociais tanto de forma ascendente quanto de forma descendente.

Numa sociedade hierarquizada, as pessoas e grupos estão hierarquizados em estamentos sem possibilidade de ascenso ou descenso social, e o *status* da pessoa é determinado ao nascer, mantendo-se inalterado por toda a vida. Por isso, chama-se sociedade hierarquizada aquela em que há mobilidade social somente dentro do mesmo estamento, jamais de um para outro. Trata-se então de um tipo de sociedade de casta em que a posição social dos sujeitos não muda, ou seja, há um *status* atribuído por hereditariedade. Esta é, por exemplo, a situação que existia no Brasil até o final do século XIX, quando foi abolida a escravidão.

EM SÍNTESE

Neste texto, propusemo-nos estudar as teorias sobre estratificação e mobilidade social. Para tanto, trouxemos o debate sobre as definições de diferença e desigualdade sociais para o entendimento da desigualdade na estrutura social. Verificamos que a estratificação social é um critério usado pelos sociólogos para analisar as desigualdades sociais entre pessoas e grupos em uma sociedade, permitindo identificar a posição que cada uma delas ou cada um deles ocupa na estrutura social.

Identificamos os diferentes tipos históricos de estratificação: escravidão, casta, estamentos e classes. Conhecemos as teorias da estratificação social de dois autores clássicos da Sociologia: Karl Marx e Max Weber. Vimos ainda os principais critérios para estabelecer uma estratificação social que corresponda às posições de classe ou de status.

Também tomamos contato com o debate sobre a mobilidade social relacionada ao deslocamento entre estratos sociais. Definimos os diferentes tipos de mobilidade: a vertical, a horizontal, a intergeracional e a intrageracional.

1.4 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Construa um quadro com indicadores de estratificação de seu município, tendo como referência o texto desta Unidade e adotando os seguintes procedimentos:

- ▶ defina estratificação social;
- ▶ aponte o referencial teórico utilizado;
- ▶ estabeleça um critério de estratificação social a ser adotado, bem como os respectivos indicadores; e
- ▶ apresente a distribuição da população de seu município segundo os estratos que você sugeriu.

1.5 BIBLIOGRAFIA

1.5.1 Bibliografia básica da Unidade 1

BOBBIO, N. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. v. 1.

COHEN, B. *Sociologia Geral*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRUSKY, D. Estratificação social. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 270-3.

IANNI, O. (Org.). *Marx*. São Paulo: Ática, 1979. Grandes Cientistas Sociais, n. 10.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. *O capital*. Livro I, v. 4. São Paulo: Centauro, 2004.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

QUINTANERO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. de. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SCALON, C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: IUPERJ–UCAM, 1999.

STAVENHAGEN, R. Classes sociais e estratificação social. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Orgs.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LCT, 2004. p. 281-96.

TRUJILLO FERRARI, A. *Fundamentos de Sociologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Ivaldo Gehlen

INTRODUÇÃO

Nesta segunda Unidade, serão aprofundados conceitos introduzidos na primeira Unidade, particularmente o de ator social, relacionando-o com cidadania e com identidade sociocultural. Serão também apresentados alguns conceitos auxiliares, na perspectiva desta disciplina, tais como exclusão social, preconceito, estigma, patrimônio sociocultural, entre outros. O foco será a sociedade, em sua acepção conhecida como sociedade civil, através das manifestações de interesses articulados pelos atores sociais e através das manifestações de valores éticos e socioculturais da vida cotidiana expressos coletivamente, e que constituem a cidadania e as identidades.

Os atores sociais manifestam interesses sociais, econômicos, políticos, culturais, além de outros, de forma articulada, via de regra expressos por meio de formas perceptíveis, legítimas e geralmente regidas por legislação, normas, estatutos ou regimentos. Outras vezes, a manifestação coletiva dos atores sociais não é regida burocraticamente, como, por exemplo, um movimento social, ou o comportamento dos que ocupam uma mesma posição na estratificação social; mas deve obedecer a uma ética consensualmente aceita.

As identidades socioculturais, também por vezes denominadas simplesmente de sociais, expressam sobretudo valores de convivência, de segurança, de bem-estar. As pessoas podem viver longe e, no entanto, formar uma espécie de comunidade, pois compartilham valores existenciais e de orientação que dão um sentido específico a suas vidas. Habitualmente, esses valores são legitimados pela tradição, pelos costumes que definem uma espécie de cultura específica. Todos sabem como agir em tais ambientes, independentemente das posições sociais que cada um ocupa na estratificação social, na totalidade à qual pertence.

Os atores sociais ocupam diferentes posições sociais (estratos) que expressam desigualdade social, e suas atitudes são regradas normativamente por valores éticos compartilhados; mas vivenciam ao mesmo tempo valores culturais específicos ou identidades que expressam as diferenças.

Conceituar sociologicamente ator social implica identificá-lo numa relação alterativa, validada pelo(s) outro(s) e situá-lo(s) numa realidade social mediada por relações e por concepções de mundo, por estilos de vida, por atividades, pela natureza, pela religião, enfim, pela realidade complexa que os cerca.

O texto que segue é uma espécie de guia para introduzir esta temática, sobre a qual muito já se discutiu e se escreveu, principalmente nos últimos 150 anos. Todos nós, indistintamente, nos movemos e nos orientamos na vida cotidiana por esses dois sistemas de valores ou por essas duas dimensões de referência – valores éticos e valores culturais –, tenhamos ou não consciência disso.

2.1 ATORES SOCIAIS COMO CIDADÃOS DESIGUAIS

A cidadania remete-nos à condição da existência social referenciada numa relação estabelecida com uma totalidade, por vezes também chamada de sociedade global, que pode ser de abrangência local – o município –, regional – o estado –, nacional – a nação – ou universal. Esta última abrangência, a da cidadania universal, está crescentemente presente no debate político e em alguns movimentos sociais. É global no sentido histórico de referir-se a uma determinada totalidade social, à qual cada um pertence, pelas normas estabelecidas.

Nos contextos filosóficos, a cidadania refere-se a um ideal normativo substancial de pertença e participação numa comunidade política. Ser um cidadão, neste sentido, é ser reconhecido como um membro pleno e igual da sociedade, com o direito de participar no processo político. Como tal, trata-se de um ideal distintamente democrático. As pessoas que são governadas por monarquias ou ditaduras militares são súditos e não cidadãos (KYMLICKA, 1998, p. 2).

Na Grécia Antiga, a cidadania era definida e validada pelo lugar ocupado na Cidade-Estado; no Império Romano, era atribuída pelo imperador a uma parte da sociedade e válida até os confins do Império; na sociedade medieval, havia dupla possibilidade de ser cidadão: nos feudos, como concessão do Senhor, com validade no território local, e nos burgos (*villes*, cidades), como concessão do poder local. Mas também começa a se construir o conceito de cidadania como direito e como condição de liberdade (igualdade formal) a ser gozada no território citadino.

Durante a Idade Média, na Europa, avançou a construção do conceito de igualdade social, fundado na tradição judaico-cristã, que o vincula ao conceito de liberdade individual e de mérito pessoal (princípio da salvação), embora, na prática, persistissem as estratificações sociais de dominação, de desigualdade social. A separação entre o saber teórico e o saber prático em relação às atividades ligadas à produção de bens materiais e aos serviços inviabilizava a invenção e inovação tecnológicas nesses tipos de atividades. Aos poucos, esse divórcio gerador de dicotomia foi superado por um novo paradigma teórico-científico e, portanto, metodológico, de produção e validação do conhecimento, centrado na capacidade do ser humano e na realidade. A superação dessa dicotomia foi condição necessária para o desenvolvimento de tecnologias que propiciaram aumento crescente na produtividade do trabalho, dando

origem à Revolução Industrial. Com a Revolução Industrial, também se atribuiu um novo significado à noção do tempo, o qual passou a reger grande parte da vida cotidiana das pessoas. Criou-se o tempo útil, medido pelo relógio e valorado pelo salário. Com isso, universaliza-se de forma imperativa o controle social através do uso desse tempo, por meio da medição (horificação) das atividades socialmente convencionadas, especialmente as que são conceituadas como trabalho.

No coração desta mutação qualitativa está o tempo restrito, imposto pelo produtivismo, primeiro na Inglaterra, depois em todo o continente. O divórcio entre tempo de trabalho e tempo livre se somou àquele entre lugar de trabalho e domicílio. A hora de trabalho tornou-se aos poucos a unidade de referência, depois a medida de produtividade, simbolizada em seguida pelo relógio, que vigia à porta de entrada das usinas (NEUFVILLE, 1996, p. 46. Tradução livre pelo autor deste texto).

A burguesia, classe que emerge dos mercadores e que se consolida através da mobilidade social proporcionada pela indústria e pelo comércio de mercadorias, aos poucos conquistou o poder político e nele se consolidou através da acumulação de capital, resultante do controle da produção de mercadorias e do comércio de produtos materiais e simbólicos, como, por exemplo, o dinheiro. A politização do conceito judaico-cristão de igualdade fez parte de sua estratégia de se tornar dominante e hegemônica, atribuiu-lhe uma conotação positiva e universalizou-a, no sentido de conceber todos como formalmente iguais. Porém cada sujeito devia merecer esse atributo, impondo-se o tempo de trabalho produtivo como estratégia meritocrática para que se cumprisse essa condição. Por consequência, a cidadania política passou a ser a condição de inclusão social, merecida individualmente, tendo como contraponto a exclusão social, provocada pela falta de méritos para usufruir os direitos inerentes a esse estatuto. Por isso, atualmente, nas sociedades influenciadas pela noção ocidental de cidadão, a cidadania é, antes de tudo, uma questão de direitos mais do que de obrigações ou deveres. Concomitantemente a esse processo, desenvolve-se o conceito de privado, apropriado pela burguesia e ainda fortemente sustentado pelas classes dominantes, que defendem o direito de sobrepor os compromissos ou direitos privados aos direitos políticos e sociais que configuram a vida pública.

A cidadania é um direito público, universal, porém sob contrato negociado. A moeda de troca passa a ser o trabalho ou, mais recentemente, uma atividade qualquer, desde que socialmente reconhecida (desportista, ator, escritor, etc.); e ao compromisso político corresponde a liberdade, inclusive religiosa, no território, na totalidade de pertencimento que normalmente corresponde à Nação. Alguns direitos universalizam-se, como acesso ao saber, à alimentação, à saúde, à liberdade política. O cidadão moderno de direito, no território Nação, é, portanto, uma construção histórica.

Pelo contrato, o cidadão tem direito a reproduzir-se numa família, através dos recursos disponibilizados pela sociedade à qual pertence. Por isso, o desempenho competente de uma atividade – identidade socioprofissional – que garanta o sustento

é um dever, e o Estado deve prover a essa oportunidade, mas cada um é livre para negociar sua atividade e, por vezes, seu valor, para decidir suas preferências políticas (voto), para definir se vai, e com quem, constituir família. O Estado não é seu dono, mas seu tutor; ou, segundo tendência recente, o Estado, através dos governos, coordena, organiza e gerencia os direitos e deveres ou compromissos dos cidadãos.

A participação política é vista como uma atividade ocasional, por vezes desagradável, que é necessária para assegurar que o governo respeite e apoie a liberdade das pessoas para se entregarem aos seus projetos e interesses pessoais. O pressuposto de que a política é primariamente um meio para proteger e promover a vida privada está subjacente à maior parte das perspectivas modernas da cidadania. Esta atitude reflete o empobrecimento da vida pública de hoje, em contraste com a cidadania ativa da antiga Grécia (KYMLICKA, 1998, p. 3).

Ao assegurar os direitos civis, políticos e sociais a todos, o Estado garante a seus membros a possibilidade de participarem plenamente na vida societária. O desafio para o cidadão moderno é construir alternativas de participação, tanto no trabalho quanto na vida pública, societária, num esforço coletivo de relativização do privado. O desafio é fazer emergir um cidadão que se oriente pelo convívio com os que são cultural ou etnicamente diferentes e que, ao mesmo tempo, reconheça as competências profissionais, priorizando conceitos de sustentabilidade para o equilíbrio social, cultural, ambiental, econômico, político e institucional; é fazer emergir um cidadão múltiplo, que se faça representar de múltiplas formas. Para isso, está em processo a criação, por consenso, de um espaço público que se fundamente nas noções, ainda em construção, de política pública e de política social.

2.2 ATORES SOCIAIS COMO IDENTIDADES SOCIOCULTURAIS DIFERENTES

A identidade sociocultural remete-nos à condição de existência privada, referenciada na relação com o meio (intra), com o chamado local, que possui abrangência e conteúdos não padronizados; por isso, precisa ser definido em cada situação, salvo quando se refere a conceitos já consagrados, como comunidade, município, estado, nação, etc. Privado, no sentido de referir-se a determinada totalidade cultural, aquela à qual os atores sociais têm pertencimento. Assim, entre os ciganos, ou entre os caboclos, ou entre os indígenas, ou entre os japoneses, os poloneses, etc., cada um se define pela semelhança, pelos gostos, pelo cheiro, pelos hábitos, validados pelos que se orientam ou se referenciam pelo mesmo conjunto ou sistema de valores socioculturais. Normalmente, possuem o mesmo cheiro, entendem-se por gestos ou meias palavras, enfim orientam-se por costumes ou hábitos particulares, que possuem não raras vezes legitimidade social coercitiva. Não há normatização burocrático-legal, as “leis são de sangue”, não escritas, mas passadas pelos costumes

ou oralmente. Pertencer a uma identidade não é uma concessão, nem uma questão de direito formal, mas de vida, de existência em si mesma.

Na América Latina, muitas identidades socioculturais, sobretudo as de indígenas e as de africanos escravizados, foram massacradas pela imposição, por parte dos colonizadores europeus, dos valores da cidadania acima descrita, em substituição aos valores identitários. Em nome dessa civilização ocidental cristã, impôs-se aquela cidadania, subjugando essas identidades como se de per si ocupassem posição inferior na estratificação social. De fato, a civilização colonizadora impôs o não-pertencimento ou a não-adesão aos valores civis ou identidades socioculturais dos colonizadores como critério de desqualificação social, ou seja, de desigualdade social. Portanto, neste caso, adotar orientação de uma conduta privada do sistema de valores socioculturais não somente significa ser diferente, mas também constitui um critério de desigualdade social. Os valores de cidadania se sobrepuseram, numa tentativa autoritária, higienizadora e genocida de construir uma única referência identitária universal. Há grupos identitários específicos que não se constituem em identidade territorializada ou comunitária, mas se referenciam culturalmente, por valores comuns que orientam suas condutas, embora dispersos difusamente. Atualmente, adquirem bastante visibilidade os que se organizam e se expressam em movimentos sociais, que congregam várias identidades em relação a vivências sexuais, às opções religiosas, à adoção de costumes coletivos, sobretudo entre jovens, a um patrimônio cultural historicamente construído, como, por exemplo, os quilombolas. Sempre que valores políticos ou de cidadania se sobrepõem de forma absoluta e destrutiva a valores culturais ou religiosos, desrespeitando as diversidades socioculturais, geram-se regimes de governo autoritários, ditatoriais, em geral sanguinários.

Além da imposição violenta ou moral, outro recurso utilizado para a sobreposição da cidadania a identidades, principalmente em sociedades democráticas, é a criação e difusão de preconceitos raciais, culturais ou religiosos. Esses preconceitos aos poucos são naturalizados e se transmutam em estigma, como mostra Gehlen (1998, p. 138):

O estigma (apud GOFFMAN, 1976) atribuído aos excluídos transforma as vítimas nos primeiros responsáveis pelo seu fracasso. A sociedade culturalmente dominante estabelece os *atributos* (“naturais”), que assumem normatividade de conduta, “consensuais”, estabelecendo categorias e hierarquias sociais. Estigmatizando algumas categorias, afirma-se a ordem social dominante. Responsabilizam-se essas categorias sociais estigmatizadas, excluídas, pela própria condição, culpabilizando-as pela incapacidade de resposta ao modelo, ou ao trabalho, no caso dos caboclos. Com isso, o processo social excludente apresenta as diferenças sociais como naturais, invertendo a percepção do real.

O convívio entre pessoas que se autodefinem pertencentes a identidades socioculturais diferentes é sempre tenso e exige um esforço de aceitação e respeito, a começar

pelo reconhecimento do outro. Nas sociedades democráticas, esse princípio precisa ser respeitado para o convívio comum. Por vezes, é necessário criar, ao menos temporariamente, políticas inclusivas ou compensatórias específicas para determinados grupos sociais, no caso brasileiro, em geral identificados com identidades socioculturais ou mesmo com expressão étnica. Isso com vistas à dignidade humana, mas também para promover mobilidade social ascendente, objetivando a diminuição da desigualdade social. Portanto, este tema permanece atual e presente, inclusive nos meios de comunicação social. Vale a pena aguçá-lo para perceber que vivemos numa sociedade não somente marcada pela desigualdade social, mas também fundada numa complexidade de identidades representadas, que deixam seus contributos na vida cotidiana.

2.3 O LÓCUS DE AÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

O local pode ser identificado por suas características de cidadania e definido territorialmente ou por valores cívicos de reconhecimento público. Também pode ser entendido como o lócus associado a valores identitários, porém definidos territorialmente.

O local e a comunidade geralmente são identificados por suas características de cidadania, pelo trabalho, pela participação na vida local através da reprodução de valores democráticos naquele território, pelos valores cívicos de reconhecimento público cultivados, pelos laços sociais e afetivos nas relações sociais. O local também pode ser reconhecido como lócus identitário, por vezes multifacetado, expressando as diferenças, porém definido territorialmente, onde se cultivam tradições culturais específicas e, por vezes, se elaboram sínteses universais.

Frente à globalização do consumo de bens materiais e culturais e da cidadania, as identidades também têm algumas oportunidades de afirmar e publicizar seus conteúdos específicos, podendo constituir uma melhor referência para o sentido do cotidiano das vidas das pessoas. As conquistas tecnológicas nos últimos dois séculos propiciaram oportunidades quase sem limites de dominação pelo controle do trabalho. As novas tecnologias de comunicação, de informação e de produção agora oferecem novas chances para superar os limites do espaço-tempo. Contraditoriamente, recriam as condições para a interação intra e interidentidades em determinado território, possibilitando abrir-se para o reconhecimento de outras identidades e a aceitação das diferenças no âmbito local.

A construção do desenvolvimento sustentável tem por base o local e o patrimônio sociocultural (qualificação dos atores sociais, identidades socioculturais, etc.) das comunidades. O patrimônio sociocultural de uma comunidade ou sociedade local pode ser compreendido como sendo o conjunto de características intrínsecas a uma comunidade que podem contribuir (ou frear) as ações em prol de seu desenvolvimento. Por isso, o local é o território onde se desenvolve uma determinada economia local, com suas relações específicas, superando o rural e o urbano, e estabelecendo

articulações internas de respeito e valorização da diversidade e de acordos solidários de cidadania, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

2.4 ATORES SOCIAIS, PRODUTORES DE FORMAS SOCIAIS ESPECÍFICAS DE USOS DA TERRA

A terra não é apenas um espaço necessário à produção agropecuária. Ela possui um significado político muito importante, definido culturalmente, ou seja, pelos interesses de grupos sociais ou comunidades identitárias. Portanto, há uma dimensão do conteúdo do termo *terra* que expressa relações sociais e, ao mesmo tempo, define formas de relações sociais segundo os valores de cidadania e de identidade desses grupos. Por isso, a terra é de certa forma criada segundo ideologias e segundo interesses de classe.

No Brasil, identificam-se claramente pelo menos oito especificidades ou tipos de atores sociais diferentes, cada qual definindo uma forma específica de ocupação e de uso da terra. Todas foram se criando historicamente. Umas estão em mobilidade ascendente, outras em mobilidade descendente. No quadro abaixo, mostramos essas formas sociais de maneira sintética, tendo como critérios algumas variáveis (cabeçalho superior) e alguns indicadores (no interior do quadro) fundamentais para sua análise e compreensão.

Na coluna vertical do quadro estão os diferentes atores sociais, que conformam identidades específicas, resultantes de sua construção histórica, como, por exemplo, os latifundiários que estão em mobilidade descendente, os indígenas e os granjeiros que se mobilizam de forma socialmente ascendente. Como se pode também notar a relação de cada tipo como o meio ambiente difere segundo os interesses que orientam a apropriação e uso da terra. Observe-se que o significado ou conceito de trabalho difere entre cada forma social de apropriação e uso da terra, expressando parte das respectivas identidades e possibilitando uma compreensão histórica de cada tipo de ator social.

Quadro 2
Atores sociais rurais e formas sociais na agricultura segundo alguns indicadores (sul do Brasil)

Indicadores Formas Sociais	ORIGEM Étnico-Social		TERRA	TRABALHO	TECNOLOGIA/ RACIONALIDADE	OBJETIVO/ DESTINO DO PRODUTO	IMPACTOS AMBIENTAIS	PERSPECTIVAS/ OBSERVAÇÕES
	Latifundiária	Portuguesa (Alentejo) Hispânica	Sesmaria, fonte de poder, Patrimônio personalizado, absolutizado	Serviço (não nobre), necessário Trabalhador = Patrimônio personalizado	Extensiva/extrativa Tradicional/mista	Exportação (prestígio do de fora – desqualifica consumidor nacional)	Miúdo: tecnologia tradicional usa fogo e desmatamento Em extinção	Desafio: competitividade (produtividade) Ajustes tecnológicos (racionais)
Capitalista Burguês (tradicional)	Diversa: Latifundiária, Militares, Mobilidade social, ascendente	Mercadoria/capital Meio de acumulação	Centralidade ética/Gerador de bens, de riqueza Tempo > trabalho = Produtividade	Convencional (moderna) Produtivista (uso intensivo de equipamento e insumos) Forte dependência de fora da prioridade	Mercados diversos/agregação de valor	Forte: degradação Resiste a mudança para sustentabilidade Granjeiro interage com mais sensibilidade	Desafio: competitividade (produtividade) Ajustes tecnológicos (racionais)	
Granjeiro (empresário)	Mobilidade social, Diversificação Investimento	Capital familiar Meio de riqueza	Centralidade ética/ Gerador de bens, de riqueza a) Eficiência/Competitividade	Racionalizada Sustentabilidade competitiva (uso intensivo de tecnologias/gestão) Dependência de informação e de comunicação	Mercados diversos Agroindústrias Região como valor simbólico de mercado	Racionalizado, Sensibilidade ambiental (tecnologias, discurso ético sobre)	Em expansão Compromisso com o local	
Familiar Moderno/Colonial (comercial)	Imigração italiana, alemã, polonesa, russa, ucraniana e outras	Lugar de trabalho/reprodução familiar Patrimônio familiar	Centralidade ética/condição de inclusão a) Trabalho > tempo = produção b) Tempo > trabalho = produtividade	a) Convencional (acumulação/qualidade de vida) b) Tradicional (reprodução/qualidade de vida) c) Sustentável (qualidade de vida/reprodução)	a) Agroindústria/ Merc. interno/exportação b) Merc. regional/diversidade c) Mercados local/agroindustrial, caseira (autoconsumo)	Forte/depredatório (natureza selvagem: substituí-la) Tende a aceitar mudar para sustentabilidade	Desafio: competitividade (qualidade) Em resselecção / exclusão pela qualificação e eficiência	

Indicadores Formas Sociais	ORIGEM Étnico-Social		TERRA	TRABALHO	TECNOLOGIA / RACIONALIDADE	OBJETIVO / DESTINO DO PRODUTO	IMPACTOS AMBIENTAIS	PERSPECTIVAS / OBSERVAÇÕES
Familiar Tradicional/cabocla (subsistência)	Imigrantes Miscigenada (nacional única da colonização)	Fonte de vida / re- produção familiar Patrimônio social- familiar	Necessário para sobreviver Não central Trabalho > tempo = subsistência	Tradicional braçal / animal faxinal / pouso	Subsistência Autoconsumo Venda / troca de excedentes	Fraco Interdependência em relação ao meio natural Ética (religiosidade holística, cosmologia)	Autoreprodutividade com- preendida Readaptar sistema produtivo	
Indígena	Autóctone	Fonte de vida Patrimônio da comunidade, uso familiar (rodízio)	Não trabalha (segundo ótica nossa) Atividade de so- brevivência	"Primitiva" (Brasil) Tradicional braçal / instru- mentos rudimen- tares	Consumo familiar Excedente para a comunidade	Muito fraco Forte interdepen- dência em relação à natureza	Em reconhecimen- to Crescimento de- mográfico	
Quilombola	Afros, escravos "livres"	Patrimônio da comunidade, uso familiar (fixo)	Necessário para sobrevivência Discurso ético so- bre valor, não na produtividade	Tradicional braçal / animal	Consumo familiar Excedente para troca e venda	Fraco Interdependência em relação à na- tureza (mística)	Em reconhecimen- to / afirmação Possível expansão e inclusão	
Assalariados	Diversa	Lugar de trabalho cativo	Produzir bens Tempo > trabalho = produtividade	Subordinado ao contratante	Para contratante	Depende de quem contrata	Profissionalização Estável	
Outras: biscateiros, andarilhos	Diversa (excluídos)	Espaço de sobrevivência	Atividade eventual para sobreviver Troca de favores	Dependente de quem solicita	Para quem solicita	Depende (em geral fraco)	Diminuição da possibilidade de reprodução	

Elaborado por: GEHLEN, I., 2009.

Continuação

Toda transformação estrutural gera novas referências de valores de condutas dos atores sociais, sejam éticos, sejam morais, sejam sociais. Sempre recriam sonhos e idealizações, por vezes utopias, do futuro. Se nos debruçarmos com criticidade e com seriedade sobre o que está em processo atualmente, talvez percebamos que temos a oportunidade de participar de profundas transformações que estão alterando o *modus vivendi* contemporâneo e que marcarão esta e futuras gerações. Percebe-se claramente uma proeminência da dimensão cultural que valoriza as diferenças ao invés de aniquilá-las. O social se expressa através das organizações, da solidariedade, que se utiliza de tecnologias interativas.

Essas transformações alteram o conteúdo dos territórios de pertencimento, pela valorização do ator social, pelas novas formas de inclusão e de pertencimento. Essa valorização de organizações societárias com base principalmente nas atividades, restringe a função da família, para a qual diminuem cada vez mais as funções que lhe eram imputadas no passado, projetando-se sua sobrevivência restrita a ser o *lócus* identitário e igualitário.

O desenvolvimento local, porém, pode ser concebido apenas em seu veio de cidadania, sendo, nesse caso, necessário compreender suas possibilidades e seus contributos cívicos (para a cidadania), como participação local em atividades multifacetadas: culturais, econômicas, políticas, religiosas, sociais e outras. Porém, pode também ser concebido como o resultado de um engajamento dos cidadãos em identidades (étnicas, por exemplo) que buscam construir ou resgatar suas matrizes originais, seu bom-viver, seu equilíbrio, sua estabilidade, através do convívio criativo, multifacetado, entre diferentes, porém iguais.

As transformações em andamento, principalmente nos campos citados do conhecimento científico, das comunicações e das informações, afetam fortemente o modo de vida humano e por consequência as relações sociais, induzindo a repensar o paradigma de relação entre os humanos, com a natureza e com o religioso. No rural, o impacto é marcante tanto no que se refere às relações quanto no que se refere às atividades profissionais, exigindo novas posturas e competências. A necessidade crescente de interatividade induz o desisolamento, a ruptura de cercas simbólicas, a criação de instituições de cooperação, a formação de redes de comunicação e de intercâmbio. Nessa perspectiva, as organizações destes atores sociais passam a ter funções de articulação e de qualificação das relações, ou seja, de negociação, objeto de estudo da próxima Unidade.

2.5 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Exercícios para reflexão, estudo ou debate

- (1) O Rio Grande do Sul está entre os estados brasileiros com maior diversidade sociocultural identitária, também por muitos denominada étnica. Procure, então, responder as seguintes questões, tendo por base a leitura do texto:

- ▶ O que é uma identidade sociocultural?
 - ▶ O que diferencia o sujeito identitário do sujeito cidadão?
 - ▶ Qual é a principal identidade (no sentido de representatividade estatística ou numérica) de seu município de origem, ou do município em que você reside atualmente, ou então de sua região?
 - ▶ Quais são os principais valores (aqui “valores” pode também ter sentido negativo) que caracterizam os que se autodefinem como pertencentes a cada uma dessas identidades?
 - ▶ Qual ou quais identidades (grupos) estão em mobilidade ascendente / descendente?
- (2) Identifique uma identidade sociocultural que você julgue significativa ou interessante, do município ou da região em que você vive, e escreva sobre ela:
- ▶ Seu histórico de origem e formação, ou de implantação.
 - ▶ Sua representatividade na região, no estado e no país (ótimo se você conseguir dados, mesmo que aproximados; caso contrário, descreva essa representatividade).
 - ▶ Os principais valores que identificam e atribuem especificidade: culinária, hábitos de lazer, de trabalho, aspectos culturais ou folclóricos, arquitetura, etc.
 - ▶ Observando os que pertencem a ela, como eles são classificados a partir do conceito de atores sociais? Ocupam diferentes lugares? Quais? Há alguns dentre eles que recentemente tiveram mobilidade social? Qualifique essa mobilidade.

2.6 BIBLIOGRAFIA

2.6.1 Bibliografia básica da Unidade 2

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. rev. São Paulo: Globo, 2000. (Ed. revisada: 1973. Ed. original: 1958.)

GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no meio rural do Sul. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, PPG em Sociologia/UFRGS, v. 6, p. 154-76, 1994.

_____. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, P. A. et al. (Orgs.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1998. p. 121-41.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

KYMLICKA, W. Cidadania, identidade e diferença. *A Tempo/Sem Tempo*, nov. 2007. Disponível em: <<http://worldroom.wordpress.com/2008/10/10/a-temposemtempo>>. Acesso em: jan. 2009. Trad. de Citizenship. In: CRAIG, E. (Org.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge, 1998.

NEUFVILE, S. Travail et loisirs, histoire d'un divorce. *Alternatives économiques*, Paris, n. 139, jul.-ago. 1996.

TOURAINÉ, A. *Crítica da sociedade moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995. 2ª Parte, III; 3ª Parte, V.

ZARTH, P. A. et al. (Orgs.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1998.

Décio Souza Cotrim

INTRODUÇÃO

Nesta terceira Unidade, o foco está centrado na ação organizada dos atores sociais. Para entender seu significado de forma objetiva, é indispensável referir-se aos conceitos já aprendidos nas duas Unidades anteriores, ou seja, construção teórica do posicionamento dos membros de uma sociedade ou totalidade nos estratos sociais, mobilidade social, ator social como cidadão e como identidade sociocultural. São esses atores que constroem as organizações aqui estudadas.

O objetivo principal é o estudo da perspectiva organizativa e política na sociedade e a construção do mapa das organizações racionais dos agricultores do Rio Grande do Sul.

Na vida cotidiana, mantemos diversos vínculos organizativos que expressam nossa maneira de viver socialmente. Estes nos dão a segurança e muitas vezes a satisfação de pertencermos à sociedade local. Para exemplificar: pertencemos a organizações nas dimensões religiosa, política, cultural, econômica, acadêmica, etária, de lazer, entre outras. É importante refletir para se ter uma compreensão exata de cada uma dessas dimensões, pois elas compõem as diversas faces da vida social.

Nesta Unidade, têm-se como pressupostos os conceitos referentes à cidadania, manifestados através de formas organizativas diretamente vinculadas às atividades socialmente reconhecidas dos atores sociais, incluindo-se entre estas o pertencimento a classes sociais que expressam desigualdades sociais. Nessa categoria encontram-se centralmente incluídos os agricultores, ou seja, os atores que afirmam sua identidade socioprofissional por meio de suas atividades rurais e agrícolas.

Também serão pressupostos os conceitos de identidade sociocultural que nos remetem à noção de que pertencemos a diferentes agrupamentos, segundo a adoção de valores que dão sentido ao cotidiano da vida privada, ou seja, vivenciada em comum com os que pertencem, por identificação, por autoadesão, ao mesmo sistema de valores que atribui sentido e coerência às relações e práticas individuais e coletivas. Por isso, muitas vezes, numa mesma localidade, coexistem cidadãos que exercem as mesmas atividades com reconhecimento social, mas que têm diferentes identidades socioculturais – por vezes também denominadas étnicas.

O estudo das organizações rurais foi dividido em três tipos de arranjos coletivos amplamente difundidos no meio rural gaúcho: as associações profissionais, as cooperativas e os sindicatos. Em relação a cada organização, serão abordadas sua história, sua estrutura e as formas atuais de sua apresentação na sociedade.

3.1 ASSOCIAÇÕES

O conceito de associação refere-se a qualquer iniciativa formal ou informal de reunião de pessoas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para seus associados. Essa união permite a construção de condições mais amplas e melhores do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a concretização de seus objetivos e de seus interesses.

Outra forma de conceituar o associativismo é defini-lo como a união de interesses comuns, através da qual a sociedade se organiza visando a ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados a seu dia a dia.

Atualmente, as associações rurais organizam-se por meio de acordos informais entre os agricultores, onde a participação se efetiva pela manutenção do interesse dos participantes ou por instrumentos jurídicos simples, como o registro em cartório especial de uma *associação sem fins econômicos*, que formaliza a união, porém não modifica o sistema de produção da unidade de produção familiar.

Muitas vezes, este constitui o ponto central que suscita o avanço das relações associativas rurais. Dentro da categoria social dos agricultores familiares, no Rio Grande do Sul, observa-se em algumas localidades um perfil conservador quando se trata da tomada de decisão visando inovações tecnológicas no sistema de produção ou de comercialização dos produtos no mercado. A organização de associações pode constituir-se num caminho estratégico mais seguro para as mudanças, pois as dificuldades e os sucessos são compartilhados. Operacionaliza-se o dito popular de que a união faz a força.

A associação profissional parece ser o instrumento de organização que traz a flexibilidade necessária para uma primeira aproximação de uma família de agricultores a uma organização ou agrupamento socioprofissional. Esse mútuo comprometimento reduz o grau de envolvimento individual e distribui responsabilidades com a totalidade das ações da unidade de produção, gerando segurança, pois atribui maior certeza às tomadas de decisões.

As associações e os condomínios de produtores rurais objetivam eficiência, racionalização e poder de barganha. Essas são condições de competitividade e de afirmação de autonomia, de cidadania e de identidade.

A associação rural atualmente está estruturada sobretudo em organizações ligadas à produção. Estas têm o objetivo de ampliar as vantagens de escala dentro da economia de mercado. São exemplos as associações de máquinas, onde um grupo de agricultores adquire coletivamente um dado equipamento agrícola e organiza seu uso de forma solidária.

Outra vantagem das associações rurais é a possibilidade de intercâmbio, entre os associados, de informações sobre produção e mercado. Esse tipo de organização é mais frequente em atividades agropecuárias inovadoras. Um exemplo são as associações de produtores orgânicos que buscam redesenhos de seu sistema de produção convencional para outros, de base ecológica, e necessitam de apoio tecnológico, de racionalização e de novos canais de mercado.

Existem ainda muitas outras categorias de associações rurais, tais como as associações comunitárias voltadas à construção e à manutenção de salões comunitários, as associações esportivas de times de futebol, as associações de igrejas, de jovens, de escolas, de degustação de alimentos ou bebidas (confrarias), de difusão de conhecimentos.

3.2 COOPERATIVAS

A origem histórica do cooperativismo tem como referência a Europa do século XIX, em especial a Inglaterra, onde a sociedade vivia o impacto das transformações no mundo do trabalho dentro da chamada Revolução Industrial. Foi um momento de crise que acarretou profundas modificações sociais e econômicas.

A cooperativa configura-se como uma das alternativas de organização da sociedade, pois representa a possibilidade de superação das dificuldades em torno das necessidades e objetivos comuns a uma determinada classe social. Ela exige uma mudança de postura dos atores sociais envolvidos, para saírem da posição de empregados de uma dada empresa e passarem a exercer o papel de empreendedores de sua própria organização coletiva.

Atualmente, existem em torno de 700 mil cooperativas em todo o mundo, representando diferentes categorias profissionais. Os tipos mais marcantes de cooperativas são as de trabalho, de mineração, de produção, de serviços comunitários, de crédito, de consumo, as agropecuárias, as habitacionais, as educacionais e as especiais (voltadas aos portadores de deficiências).

Os objetivos principais das organizações cooperativas estão voltados à geração de melhores condições de trabalho ou de consumo dos atores sociais envolvidos, ao aumento de sua renda e à ampliação do autodesenvolvimento de seus membros.

A cooperativa, enquanto forma de organização socioeconômica de administração autogestionada, busca trazer soluções para a geração de empregos e a redistribuição de renda. Esses grupos sociais oferecem alternativas econômicas para as famílias envolvidas, como também propiciam espaço de relacionamento social. Na cooperativa, o exercício da autogestão desenvolve os potenciais das pessoas na organização social e nas relações de solidariedade.

Grosso modo, existem múltiplas possibilidades de aplicação dos princípios cooperativistas, que podem traduzir-se em contribuições importantes para a transformação das relações de trabalho e a consequente melhoria da cidadania.

As cooperativas, na atualidade, ocupam os espaços que vêm surgindo com as transformações das relações de trabalho. De fato, as mudanças das empresas, a criação do processo de terceirização de parte do processo produtivo e a ampliação do terceiro setor da economia constituíram campos férteis para o crescimento de organizações cooperativas.

No rural, a concepção inicial das cooperativas foi no sentido de abrangerem a totalidade das atividades da família associada, sejam elas convencionais ou tradicionais. Assim, quando ligada a uma cooperativa, a unidade de produção vinculava a esta seu

sistema de produção. A totalidade dos cereais produzidos, dos animais criados, por exemplo, era comercializada pela cooperativa. Existia um processo de fidelização.

Atualmente, outro formato de cooperativa rural está sendo implantado na sociedade. São organizações por setor de produção, centradas na atividade, não existindo mais o processo de vinculação integral da família à cooperativa. Assim sendo, um grupo familiar pode estar vinculado a uma cooperativa X para a produção de leite, por exemplo, e a outra cooperativa Y para a produção de soja. As cooperativas, nessa modalidade, aproximam-se das associações rurais organizadas por atividades profissionais, porém possuem um regime jurídico que permite avanços na relação com o mercado, o que as torna mais atrativas.

Os atores sociais apresentam diferenças em seus papéis dentro de cada formato cooperativo. Quando a totalidade das atividades profissionais da família se vincula à organização, existe um determinado padrão de ações bastante diferente daquele que se observa quando ocorre o vínculo de uma só atividade com a cooperativa.

O cooperativismo convencional ou tradicional é centrado no conceito de indivíduos interdependentes que necessitam de uma representação coletiva integral para adquirir escala e vantagens no mercado; ao passo que o cooperativismo por atividades é focado nos indivíduos autônomos, interativos e profissionalizados, que têm na cooperativa uma representação parcial, vinculada a um ou mais produtos com vistas à competitividade no mercado.

3.3 SINDICATOS

O sindicalismo rural no Brasil iniciou em 1858 com as sociedades de auxílio mútuo. No entanto, somente em 1906, no Rio de Janeiro, ocorreu o primeiro congresso de trabalhadores, quando foi criada a Confederação Operária Brasileira. Esse processo inicial foi de montagem de alguns sindicatos e de organização do movimento sindical.

Os sindicatos agregam atores sociais que compartilham interesses políticos comuns ou de poder, principalmente frente ao Estado, sendo, assim, desde sua origem vinculados às atividades profissionais. Os interesses compartilhados no sindicato estão diretamente ligados à busca de direitos, de legitimidade, de reconhecimento e de valorização de um dado grupo social.

O ano de 1930, com o início do governo Vargas, baliza um novo período na sociedade brasileira, com a instauração da política nacionalista de fortalecimento da indústria nacional e da montagem do parque industrial de base do país. Nessa fase da política brasileira, surge também um novo momento para os sindicatos, um momento marcante na história do sindicalismo no país.

A estratégia política de Vargas foi a de manter o controle do movimento sindical, buscando incorporá-lo ao governo. Internamente, foi criado o Ministério do Trabalho como órgão responsável pelo controle das ações sindicais. O objetivo governamental era fazer dos sindicatos órgãos de conciliação entre trabalhadores e empregados.

A construção da legislação trabalhista, através da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, trouxe em seu bojo políticas públicas e regramentos importantes para a classe trabalhadora, como o salário mínimo, as férias remuneradas e o turno diário de trabalho. Esse movimento estruturou a relação sindical no espaço urbano, em especial entre os operários e os patrões da indústria nacional.

As vantagens trabalhistas, porém, não foram expandidas para o espaço rural. A composição política do governo Vargas aceitou avanços no ambiente urbano-industrial, mas os latifundiários não permitiram essas melhorias para o rural brasileiro. Tal situação diferencial levou a União dos Trabalhadores Agrícolas no Brasil – ULTAB e as ligas camponesas a criarem, a partir de 1955, movimentos sociais em defesa dos trabalhadores.

Esses movimentos lutavam em defesa dos pequenos agricultores e por preços mais adequados pelos arrendamentos de terras. Aos poucos, as ligas camponesas se formavam em outros locais do Brasil e começaram a multiplicar-se em todo o país.

O movimento sindical rural, através das ligas camponesas e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, fundou, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Seu objetivo era a unificação das lutas dos trabalhadores do campo, em busca de avanços semelhantes aos obtidos pelos operários urbanos.

Porém em 1964, com o Golpe Militar, setores da elite brasileira avançaram contra essas reformas, pois o movimento sindical organizava a implantação de uma reforma de base e a formação da Unidade da Frente Popular e Democrática. Isso representou, sem dúvida, uma derrota (ou um retrocesso no processo de avanço popular) para o movimento sindical, que buscava equiparar os direitos dos trabalhadores rurais aos direitos já consolidados dos trabalhadores urbanos.

O governo militar de Castelo Branco, após a tomada do poder, enviou ao Congresso o Plano Nacional de Reforma Agrária. Essa iniciativa tinha a clara intenção de reduzir a pressão popular no campo sem modificar a estrutura fundiária brasileira. Era só mais uma forma de diminuir a euforia dos trabalhadores que sonhavam com as reformas de base no Brasil.

Com o avanço dos governos dos militares na década de 1970, os sindicatos dos trabalhadores rurais se consolidaram pela ação assistencial através da oferta de serviços médicos e jurídicos, reduzindo as lutas por avanços sociais. De certa forma, cumpriram a demanda de atividades típicas da estrutura estatal, através da operacionalização das políticas públicas oferecidas naquele momento pelo Estado, principalmente a assistência médico-odontológica e o encaminhamento de documentação para a aposentadoria rural.

A partir dos anos 1980, com a abertura política, um conjunto de mudanças formatou a ação sindical. Esta recebeu a denominação de novo sindicalismo, sendo pautada por um conjunto de estratégias políticas e de formas de organização sindical opostas àquelas já existentes no modelo sindical vigente, graças a um posicionamento social e político mais radical dentro do contexto do movimento operário socialista, à criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não organizados e à transformação de velhos sindicatos.

O movimento do novo sindicalismo gerou a retomada das lutas e da mobilização social e a emergência de lideranças e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior.

No Rio Grande do Sul, a organização sindical rural deu-se inicialmente através movimentos de evangelização rural ligados à Igreja Católica. Na década de 1960, surgiu um movimento de criação, organização e legalização sindical chamado Frente Agrária Gaúcha – FAG, que foi responsável pelo crescimento numérico dos sindicatos e por ações de capacitação profissional dos agricultores. A década de 1970 foi marcada pela ação assistencial dos sindicatos junto a seus associados, em especial na área da saúde. Nos anos 1980, destacou-se a luta pelas reivindicações sociais, em especial a aposentadoria rural. E, a partir dos anos 1990, salientou-se a centralidade do debate na organização da produção agropecuária, com claro viés econômico.

Atualmente, a legislação brasileira sobre sindicatos é bastante draconiana, pois impede a existência de mais de um sindicato por base e por atividade; ou seja, num mesmo município, somente um sindicato pode representar os profissionais que se dedicam à mesma atividade.

Para as atividades agrícolas, a lei reconhece, na atualidade, dois modelos de sindicatos: o patronal, chamado Sindicato Rural, ao qual pertencem compulsoriamente os que possuem propriedade rural de tamanho compatível ou assalariam empregados; e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, ao qual pertencem compulsoriamente os demais agricultores e assalariados rurais. Há divergências quanto a essa estrutura, assim como há divergências ideológicas internas em cada tipo de estrutura.

3.4 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

- (1) Para aprofundar e aplicar seus conhecimentos, conceitue, caracterize e relacione uma das três seguintes formas de organização dos agricultores como atores sociais: cooperativismo / cooperativa; sindicalismo / sindicato; associativismo / associação.
- (2) As três formas de organização que estamos estudando nesta Unidade desempenham funções específicas de representação ou de vínculos dos atores sociais. É possível que o mesmo agricultor pertença ao mesmo tempo aos três tipos. O significado do vínculo e as razões pelas quais o agricultor se vincula e participa com mais ou com menos interesse dependem de certa forma da necessidade que ele experimenta ou das vantagens que ele encontra para sua dimensão identitária socioprofissional.

Desenvolva sinteticamente essa temática de acordo com o seguinte roteiro:

- ▶ Conceitue o tipo de organização escolhido.
- ▶ Quais são as características principais desse tipo de organização? Ou, em outras palavras, o que ele tem de específico, diferente dos outros tipos?

- ▶ Compare o cooperativismo e o sindicalismo em sua origem com sua situação atual: passaram por mudanças ou transformações importantes? Se tais mudanças ocorreram, qual é sua essência?
- ▶ Quais são os aspectos com que o tipo de organização escolhido contribui para a realização profissional dos atores sociais que dele participam? Para responder, você pode imaginar a seguinte pergunta: No caso da não-existência dessa organização, os agricultores seriam o que são na sociedade brasileira?
- ▶ Esse tipo de organização de agricultores é importante em sua região? Desde quando? Qual é o índice ou percentagem de adesão geral dos agricultores?
- ▶ Procure obter informações a respeito das perspectivas desse tipo de organização dos atores rurais no sentido de mobilidade ascendente e/ou descendente e, a seguir, sintetize por escrito essas informações.
- ▶ É desejável que você construa um quadro dos atores sociais do tipo de organização escolhido e que gere uma classificação: explique sinteticamente se ocorreu uma expansão, ou um crescimento, ou uma estagnação, ou uma decadência.
- ▶ Escreva uma conclusão geral de sua análise.

3.5 BIBLIOGRAFIA

3.5.1 Bibliografia básica da Unidade 3

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, p. 27-45, 1 abr. 2006.

IANNI, O. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, p. 131-80, 1 abr. 2003.

RIBEIRO, J. C. O sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/829642>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

SCHNEIDER, J. O. Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo. Disponível em: <www.unisinos.br>. Acesso em: 10 dez. 2007.

Daniel Gustavo Mocelin

INTRODUÇÃO

Na Unidade 4, vamos discutir teórica e conceitualmente os movimentos sociais e, particularmente, analisar aspectos do mundo rural a partir dos movimentos sociais rurais, bem como discutir alguns movimentos rurais específicos e alguns instrumentos analíticos para o estudo dos movimentos sociais no campo.

No sentido mais amplo, movimentos sociais devem ser entendidos como ações coletivas orientadas para a promoção de mudanças, no todo ou em parte, em instituições, condições ou relações sociais. Tais ações coletivas, em geral, produzem um “projeto” ou uma representação de uma nova ordem social, para os participantes dos movimentos sociais. A representação de uma nova ordem social orienta os participantes do movimento social, promovendo sua mobilização e ampliando a ação coletiva do movimento social.

O movimento social logra duração e integração e constitui-se da consciência de afinidades, percebidas por atores submetidos a pressões sociais semelhantes, ou que enfrentam “obstáculos” de uma mesma natureza. Como expressões de pessoas ou de grupos de atores sociais articulados, os movimentos sociais podem propor mudanças em determinadas condições e/ou relações sociais, ou até mesmo buscar preservá-las. Você deve perceber que os movimentos sociais não se caracterizam como organizações sociais, pois não assumem caráter institucional; portanto, os primeiros não podem ser confundidos com as segundas, embora os movimentos sociais sejam organizados e possam estar na origem de instituições, organizações, clubes, partidos e associações.

Na sociedade brasileira, verificamos uma intensa contribuição dos movimentos sociais nos avanços da cidadania ou também expressos como pautas sociais e políticas. Os movimentos sociais rurais emergem no contexto em que os movimentos sociais em geral, urbanos e rurais, assumem suma importância na transformação da sociedade, especialmente no decorrer do século XX e no início do século XXI.

Os movimentos sociais rurais estão no cerne da explosão de amplo conjunto de movimentos sociais e políticos, os quais emergiram como expressão dos mais variados segmentos sociais, desde o século XIX. Esses segmentos sociais são constituídos por atores sociais distintos, possuem identidades diferenciadas, interesses particulares, mas expressam algum interesse mútuo, que muitas vezes associa grupos e atores sociais diferenciados em nome de um objetivo comum que transcende tais grupos.

Entre os movimentos sociais rurais, têm-se diversas formas de expressão dos atores sociais rurais, caracterizando, por exemplo, o movimento de luta pela terra, o movimento de mulheres rurais, o movimento sindical rural, o movimento de jovens rurais.

Segundo afirma Ricci (2005, p. 1), os movimentos sociais brasileiros caracterizam-se por serem comunitaristas, pois são marcados por sociabilidade tipicamente rural, mesmo os movimentos com trajetória de lutas urbanas. Por essa razão, os movimentos de luta pela terra foram movimentos sociais com poder significativo de mobilização e de organização. Porém outros movimentos destacam-se no meio rural, embora, muitas vezes, com menor recorrência, como, por exemplo, lutas pela sustentabilidade econômica, enfrentamentos de natureza estrutural em relação aos projetos governamentais (como o caso da transposição do Rio São Francisco, por exemplo), modelos de gestão participativa (como os processos de reassentamento rural nos casos de construção de barragens), projetos de combate à pobreza (como a construção de cisternas na região do semiárido), entre outros.

Os objetivos desta Unidade são:

- (1) subsidiar o aluno com noções básicas acerca dos movimentos sociais para favorecer conhecimento mais apurado sobre a realidade local;
- (2) refletir sobre os conceitos e a caracterização dos movimentos sociais;
- (3) discutir elementos teóricos sobre os movimentos sociais;
- (4) discutir a conceituação de movimentos sociais rurais; e
- (5) caracterizar e analisar importantes movimentos sociais rurais.

Os conteúdos programáticos desta Unidade são:

- (1) O que é movimento social?
- (2) Acepções conceituais sobre os movimentos sociais.
- (3) Teorias dos movimentos sociais.
- (4) Caracterização de movimentos sociais rurais, tais como: Movimento de Luta pela Terra; Movimento Sindical Rural; Movimento de Mulheres Rurais; Movimento de Jovens Rurais.

4.1 O QUE É MOVIMENTO SOCIAL?

Apesar de não haver uma definição consensual de *movimento social*, alguns autores se dedicaram a propor conceitos capazes de explicar tal fenômeno, estudando diversos movimentos sociais em seu desenvolvimento histórico, em sua composição social, em sua dinâmica interna, em sua interação com as relações de poder e em sua capacidade de imprimir novas configurações às relações sociais. Alguns conceitos de movimento social são amplos e procuram dar maior amplitude à sua aplicação a fenômenos que possam ser caracterizados e explicados enquanto movimentos sociais. Para Epstein (1995, p. VII), “os movimentos sociais constituem esforços coletivos de atores sociais e/ou politicamente subordinados para mudar suas condições de vida”.

Nos anos 1960, o estudo dos movimentos sociais ampliou-se através de várias teorias, devido a três fatores. O primeiro fator foi a emergente visibilidade dos movimentos sociais enquanto fenômenos históricos concretos na sociedade. O segundo fator foi o desenvolvimento de teorias sobre a ação social, com ênfase maior sobre os atores do que sobre a estrutura da sociedade. O terceiro fator a ser destacado foi o deslocamento, nas análises sociológicas, do foco de interesse analítico do “Estado-Nação” para a “sociedade civil”.

Como foi evidenciado por Gohn (1997a, p.11), apesar do crescimento do interesse pelo debate sobre os movimentos sociais, permanecem sem resposta grandes questões sobre o assunto. Entre estas, podemos destacar lacunas ou problemas não resolvidos, tais como os conceitos de *movimento social* e de *novos movimentos sociais*, distinção da ação coletiva que ocorre no movimento social e nas organizações não-governamentais (ONGs), e o papel dos movimentos sociais no final do século XX. Não é nosso objetivo solucionar tais problemas aqui, mas, antes, propiciar uma reflexão geral sobre o assunto.

Uma concepção de movimento social bastante difundida é a de Melucci, para quem movimentos transitam, fluem, acontecem em espaços não consolidados das estruturas, instituições e organizações sociais. Conforme Cohen (1980), um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns dos elementos das sociedades mais amplas, assumindo, nesse sentido, caráter tanto de conservação quanto de transformação. Deve-se destacar, entretanto, que os diversos autores falam em grupo organizado, mas não se referem à institucionalização desse grupo na forma de uma organização.

O sociólogo francês Alain Touraine (1997, p. 283) entende por movimentos sociais a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema histórico. Para este autor, o conceito de movimento social não se distingue de um sistema de ação histórico e de classes sociais, mas se refere a uma situação histórica determinada que tende a mudar em razão das resoluções de pautas anteriores ou por mudanças nas estratégias de reivindicação e na organização desses movimentos.

ANOTE

Movimento social existe quando um grupo de atores sociais está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns dos elementos das sociedades mais amplas. Movimento social assume, nesse sentido, caráter tanto de conservação quanto de transformação.

Touraine (1977 e 1989) define os movimentos sociais como ações coletivas associadas à luta por interesses, à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Na acepção desenvolvida pelo autor, essa mobilização ocorre contra um opositor, que resiste, seja esse opositor quem for, identificando, genericamente, movimento social através da simultaneidade de um conflito social e de um projeto cultural. Para Touraine (1978, p. 35), movimentos sociais são frutos de uma vontade

coletiva. Os movimentos sociais falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social, de independência, ou como apelo à modernidade em nome de novas “forças sociais”, criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios. No sentido elaborado pelo autor, os movimentos sociais não seriam “heróis coletivos”, nem mesmo demarcariam acontecimentos dramáticos, pois seriam parte do sistema de forças sociais da sociedade, disputando a direção de seu campo cultural; ou seja, os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama. As lutas proporcionadas pelos movimentos sociais não caracterizam propriamente elementos de recusa, marginais à ordem, mas, ao contrário, de reposição da ordem. Touraine chega a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois se trataria de um objeto de análise que resgata o papel do ator social.

ANOTE

Os movimentos sociais são fruto da vontade coletiva de atores sociais. Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social, de independência, ou como apelo à modernidade em nome de novas forças sociais, criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios.

Segundo Rios (1986), para que se possa caracterizar um movimento social, não bastaria a conscientização de problemas comuns por parte de um grupo social, como ocorreria no caso da defesa de interesses de um bairro, ou da conservação ecológica de um parque. A formação de um movimento social exige uma participação ativa e uma interação constante, que levam, numa fase posterior, a certo grau de estruturação e organização, sendo todo o processo permeado por ideologias que geram uma estratégia e um programa de ação e que se podem estender além das fronteiras nacionais e até mesmo além de uma área cultural.

Nesse sentido, um movimento social depende de um contexto ou conjuntura de formação, constituição, organização e consolidação, não podendo, portanto, ter uma data de criação, embora possa eleger fatos marcantes como expressões significativas do movimento. Como afirma Rios (1986), a estruturação de um movimento social comporta aspectos ideológicos, organizacionais e psicológicos. Na fase inicial, os movimentos sociais podem assumir forma religiosa milenarista, forma utópica ou forma teórica; depois passam a assumir caráter propriamente social, quando buscam uma mudança institucional concreta. Para além de ideias, é necessário o surgimento de grupos de atores sociais inspirados pela vontade de introduzir tais ideais e implantá-las na sociedade. Os movimentos sociais podem partir de pequenos grupos, núcleos ou estruturas muito simples e atingir uma diversificação e uma complexidade extremas, como seria o caso do movimento trabalhista, do movimento sindical, do movimento feminista.

O caráter propriamente propositivo dos movimentos sociais parece bastante claro nas análises de Manuel Castells (1997), autor com grande influência nas produções sobre movimentos sociais brasileiros em décadas anteriores. Segundo este autor, os movimentos sociais constituem ações coletivas propositivas que resultam – na vitória ou no fracasso – em transformações nos valores e instituições da sociedade. Para Rios

(1986), os movimentos sociais são tentativas coletivas de provocar mudanças, no todo ou em parte, em determinadas instituições sociais, ou de criar uma nova ordem social.

Outros autores tentam enumerar um maior conjunto de critérios para caracterizar um movimento social. Gohn (1995, p. 44) assim define movimentos sociais:

São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Gohn (2003, p. 31-2) traçou um panorama dos movimentos sociais, apontando dez eixos temáticos, tais como eles se teriam apresentado na trajetória dos movimentos sociais no Brasil: (1) lutas e conquistas por condições de habitabilidade na cidade, nucleadas pela questão da moradia; (2) mobilização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade; (3) mobilizações e movimentos de recuperação das estruturas ambientais, físico-espaciais, equipamentos e serviços coletivos; (4) mobilizações e movimentos contra o desemprego; (5) movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas de rua; (6) mobilizações e movimentos dos sem-terra; (7) movimentos etnoraciais; (8) movimentos que envolvem questões de gênero; (9) os diversos movimentos rurais; e (10) movimentos contra políticas neoliberais e efeitos da globalização.

Os mais diversos movimentos sociais passam a ser objeto de estudo quando do próprio surgimento da Sociologia. Segundo Scherer-Warren (1987, p. 12), a expressão *movimento social* surgiu por volta de 1840, quando Lorenz von Stein defendeu a necessidade de uma “ciência da sociedade” que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento de proletários francês e o comunismo e socialismo emergentes. Como demonstrou Rios (1986), no século XIX, chamavam-se movimentos sociais os movimentos de tendência anarquista, comunista, socialista ou sindical que visavam a organizar a classe operária, dando-lhe poder de barganha na conquista de vantagens e benefícios, ou a conferindo-lhe um papel definido numa nova ordem social, eliminando o caráter dependente dessa classe ou inviabilizando sua exploração pela classe patronal.

No século XX, a temática passa a ser abordada no universo dos processos de mudança social, tendo inicialmente por base a teoria do conflito social; mas, no decorrer do século, esse debate se complexificou, abordando perspectivas baseadas na mobilização de recursos, na mobilização política, nas oportunidades políticas, nos ciclos de protestos¹.

1 Embora mobilização de recursos, mobilização política, oportunidades políticas, ciclos de protestos caracterizem “paradigmas” na compreensão dos movimentos sociais, não abordaremos tal classificação neste texto. Para aprofundar o debate, veja a obra completa de GOHN, 1997a, 2007 e 2008.

Para Gohn (1997a), os movimentos sociais representam o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto à construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas da sociedade vigente. Entre as análises mais antigas sobre os movimentos sociais, destacam-se as que abordam o movimento operário.

Os “novos movimentos sociais”, por sua vez, compreenderiam, segundo a autora, os movimentos das mulheres, os ecológicos, contra a fome, pela paz, dos negros, dos homossexuais, dos jovens, distanciando-se do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais e operários do mundo do trabalho. Ainda de acordo com Gohn (1995, p.121), os novos movimentos sociais se contrapõem aos “velhos” movimentos sociais em suas práticas e objetivos.

Os chamados novos movimentos sociais passaram por uma exclusão analítica pela via das análises marxistas. Essa exclusão ocorria em razão do pressuposto de que os movimentos sociais não apresentavam os antagonismos de classe comuns à sociedade industrial, centrados no conflito entre capital e trabalho; por exemplo, aos movimentos religiosos, indígenas, quilombolas e às “rebeliões” populares, que ao longo dos períodos colonial, monárquico e republicano se formaram por composição étnica, social e ideológica (quais sejam, índios, negros, caboclos, agricultores, escravos, ferreiros, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, barqueiros, liberais, elites políticas), faltariam atributos que embasassem uma polarização em classes antagonicas, tal como requeria a perspectiva do marxismo ortodoxo.

ANOTE

A formação de um movimento social exige uma participação ativa e uma interação constante, que levam, numa fase posterior, a certo grau de estruturação e organização, sendo todo o processo permeado por ideologias. Contudo, um movimento social não é uma organização no sentido de assumir caráter de institucionalidade.

A partir da década de 1970, novas teorias dos movimentos sociais desalojaram a teoria marxista da posição de principal quadro de referência para o estudo dos conflitos sociais, permitindo abarcar com maior complexidade as análises sobre os movimentos sociais.

Durante os anos de 1920 a 1960, predominou na Sociologia norte-americana a abordagem das ações e dos comportamentos coletivos. Segundo Gohn (1997a, p. 328), Herbert Blumer utilizou a expressão *movimento social* para desenvolver uma teorização sobre movimentos sociais gerais e específicos, descrevendo sua estrutura e seu funcionamento, refletindo sobre o papel de lideranças, tratando de movimentos de mulheres, de jovens, pela paz, entre outros.

Os estudos específicos sobre movimentos sociais, até 1960, ressaltavam uma preocupação centrada nas lutas operárias e sindicais, ou seja, a luta de classes, também com perspectiva essencialmente marxista. Cabe destacar que o conceito de movimento social era utilizado em acepções amplas, envolvendo grandes períodos his-

tóricos e denominavam-se dessa forma também guerras, movimentos nacionalistas, ideologias radicais, ideologias libertárias. Entretanto, os estudos crítico-marxistas associavam o conceito de movimento social à questão da reforma ou da revolução. O paradigma teórico mais amplo era o dos processos de mudança e transformação social, fundamentada na análise da realidade social, tendo como sujeito principal do processo a classe trabalhadora. Os estudos empíricos tratavam em sua grande maioria do movimento operário e camponês, bem como dos sindicatos e dos partidos políticos (GOHN, 1997a, p. 330).

Na metade do século XX, surgiram estudos sobre novos movimentos sociais, tais como, por exemplo, os dos direitos civis nos Estados Unidos em 1950, os dos estudantes em vários países europeus em 1960 e, a seguir, os das mulheres pela paz, contra a guerra no Vietnã.

Nas décadas de 1970-1980, desenvolveu-se uma nova fonte de estudos sobre movimentos sociais, apresentando novos atores, novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres. Estes se articulavam com clérigos, intelectuais e políticos de esquerda para gerar ações coletivas.

Para Tarrow (1994), os movimentos sociais surgiram, a partir do século XIX, como expansão da atividade política, defendendo interesses próprios, a fim de provocar mudanças institucionais, mediante formas de organização e atuação não-conventionais, quais sejam, passeatas, atos de violência, protestos, mobilizações.

LEMBRE-SE

Os agentes participantes dos movimentos sociais dão voz a projetos de identidade e são mobilizadores de símbolos e significados.

As ações dos movimentos sociais estiveram relacionadas à crítica das condições socioeconômicas predominantes. Os movimentos sociais tradicionais, como o movimento sindical ou o movimento operário, propunham modificar relações de dominação enraizadas na sociedade capitalista, sugerindo a construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas numa certa direção não-capitalista. Processos e ações coletivas caracterizados enquanto movimentos sociais tiveram seu apogeu na década de 1960, tais como liberalismo, direitos humanos, ambientalismo, feminismo. Nesse sentido, os movimentos sociais deveriam assumir um caráter societal, condição analítica que, portanto, transpõe ações localizadas.

Manuel Castells (1997) afirma que os sujeitos principais da era da informação são os movimentos sociais. E tais movimentos surgem a partir da resistência comunal à globalização, à reestruturação do capitalismo, à formação de redes organizacionais, ao informacionalismo desenfreado, ao patriarquismo, agindo de forma a transformar códigos culturais. Os agentes participantes dos movimentos sociais dão voz a projetos de identidade e são mobilizadores de símbolos e significados.

Para Castells, contudo, pode ocorrer um enfraquecimento dos movimentos sociais, quando estes se limitam a movimentos locais e com objetivos efêmeros, que tendem a desaparecer com o tempo; essas mudanças conduzem as pessoas a se reagruparem em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, locais e nacionais, o que aponta para o surgimento de movimentos sociais agressivos e violentos.

As ações coletivas nos chamados “novos movimentos sociais” estão mais relacionadas às dimensões da identidade, embora não se tenha perdido o sentido de crítica às condições socioeconômicas predominantes. Em geral, as práticas dos novos movimentos sociais não se aproximam da proposição de um projeto social que proponha alterações substanciais nas relações sociais capitalistas e não se voltam necessariamente para a transformação das formas de dominação política e econômica. Esse paradigma dos novos movimentos sociais sugere uma visão de movimento social voltada para a identidade em si, expressando uma preocupação estrita com os atores sociais e distanciando-se de uma concepção de movimento social fundada no conflito de classes e num projeto mais amplo de transformação da sociedade e das relações sociais como um todo.

Segundo Melucci (2001), um movimento social não se limita a manifestar um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que uma ação coletiva se destina, visto que o movimento social se refere à ação social dos homens na história. Para Melucci, os movimentos sociais são processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito. Esse autor distingue movimentos sociais enquanto fenômeno coletivo de classe social, de outros tipos de ação coletiva, pois, se os primeiros operam num nível sistêmico, os segundos, embora tenham presente uma identidade coletiva e um conflito, podem não quebrar os limites de compatibilidade com o sistema social. A ação coletiva, no entendimento de Melucci (1998, p. 11), resulta de propostas, recursos e limites, ou seja, de uma orientação proposta, construída por significados de relações sociais, num sistema que envolve tanto oportunidades como constrangimentos.

Na visão de Gohn (1995, p. 44), a expressão *novos movimentos sociais* pode ser assim conceituada:

Expressão cunhada na Europa, nas análises de Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz, etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho.

Os novos movimentos sociais passaram a ser interpretados a partir de algumas características, entre as quais se pode citar: (a) a construção de um modelo teórico baseado na cultura; (b) a negação do marxismo como único campo capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e da ação coletiva da sociedade contemporânea; (c) a eliminação do sujeito histórico redutor da humanidade, e a criação do novo sujeito coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra a discriminação de

acesso aos bens da modernidade; (d) a política ocupando o centro da análise e sendo totalmente redefinida; (e) a análise dos atores sociais, pelos teóricos dos novos movimentos sociais, prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pelas identidades coletivas criadas no processo de estruturação dos movimentos sociais.

Scherer-Warren (1996, p. 49-50) assim se expressa a respeito dos novos movimentos sociais:

Almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, os partidos e os aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Segundo esta mesma autora, a emergência dos novos movimentos sociais no final dos anos 1970 apreende alguns elementos básicos em seu discurso que constituem a base de sua identidade e sua organização: democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva. Segundo a autora, a nova identidade social nutre-se do sentimento de exclusão e de injustiça, que está diretamente relacionado com a geração de novos direitos, de categorias sociais em processo de conformação, ausência de autoridade discriminada e de hierarquia de funções, relações afetivas e contraprestação de serviços na comunidade. Tais elementos aparecem nas manifestações e nas novas formas de mobilização social a partir da segunda metade da década de 1970. Portanto, são movimentos portadores de um discurso que valoriza a participação ampliada da base, por via da instalação de mecanismos de democracia direta.

REVISÃO

As seguintes perguntas auxiliarão você a verificar se o fenômeno que está analisando é um movimento social.

- (1) Quais são os atores sociais envolvidos no movimento social?
- (2) Como e quando surgiu o movimento social analisado?
- (3) Com qual contexto sociopolítico-econômico se conformou o movimento social?
- (4) Como está organizado o movimento social?
- (5) O que é reivindicado pelo movimento social?
- (6) Quais são as estratégias de luta do movimento social?
- (7) Que tipo de projeto político defende o movimento social?
- (8) Que tipo de mediação é estabelecido no contexto do movimento social?
- (9) Quais resultados são alcançados pelo movimento social?

Já os movimentos sociais dos anos 1980, segundo Ricci (2006, p. 13-6), tinham como características cinco elementos constitutivos em seu ideário: autonomia; adoção de democracia direta; sentimento anti-capitalista; relações de poder e processo decisório horizontalizados; sentimento anti-institucionalista. Para esse autor, em virtude da cultura política que articulava os movimentos sociais da década, muitas de suas lideranças recusaram o convite para participar efetivamente de fóruns e canais institucionais, principalmente aquelas oriundas da prática católica. Contudo, a partir da segunda metade dos anos 1980, as vitórias eleitorais municipais dos partidos de oposição geram um novo apelo político, visto que muitos dos prefeitos eleitos nesse período não eram apenas apoiadores dos novos movimentos sociais, mas militantes destacados. Ao ingressarem no comando do poder executivo local, levavam consigo outras lideranças populares, além de dois compromissos básicos: a inversão de prioridades orçamentárias, aumentando os investimentos em áreas carentes; e a criação de mecanismos de gestão participativos, envolvendo a população no processo decisório. Embora os instrumentos criados inicialmente não garantissem uma unidade conceitual interna, criavam um impasse para os movimentos sociais: ao contrário da prática política assentada na democracia direta, os governos municipais sugeriam a participação institucional, suscitada pelas agências estatais, desses movimentos na estrutura do Estado. Em suma, rompiam com o código moral que definia a sociabilidade interna dos novos movimentos sociais.

ANOTE

Os movimentos sociais são processos e/ou fenômenos sociais, políticos, culturais e históricos. Podemos entender *movimento social* como uma expressão sociopolítica, que se refere empiricamente à ação coletiva de atores sociais que visam obter respostas para suas demandas, com vistas à mudança ou à preservação de determinadas condições e/ou relações sociais.

Historicamente, pode-se perceber que ocorre uma articulação essencial entre os movimentos sociais e transformações sociais, e isso, nas décadas de 1970 e 1980, especialmente na esfera política, tendo em vista o período de redemocratização do Brasil.

Segundo Ricci (2006, p. 16-7):

A era da participação parece ter chegado ao seu final marcada pela institucionalização precoce. Mais que isso: o processo de redemocratização que deu vazão às múltiplas demandas sociais que, por sua vez, constituíram uma enorme quantidade de movimentos sociais, foi revelando, pouco a pouco, as insuficiências de elaboração desses movimentos, na medida em que vários governos (locais e estaduais) agendaram a construção de uma nova institucionalidade pública, muitas vezes motivada pelas próprias demandas expressas pelas lideranças populares. A cultura política que sustentava e dava identidade aos movimentos sociais impediu-os de tomar para si um tema que parecia estar diretamente vinculado à sua vocação: a gestão pública.

A complexidade social de hoje ampliaria as expectativas e justificativas de novos movimentos sociais, aumentando a importância destes na transformação da sociedade? A esta questão, assim responde Rios (1986, p. 790):

A hipótese de que as sociedades de massa, destruindo e absorvendo os pequenos grupos, tornaria inviáveis os movimentos sociais não parece confirmada na sociedade plural de hoje, onde a todo momento se desfazem movimentos que têm por fim a mudança de uma estrutura institucional ou a introdução de novos valores. Não parece ainda correta a teoria de que, atendidas as necessidades que teriam gerado os movimentos, estes desapareceriam. Nos dias de hoje, assiste-se a uma renovação constante de expectativas. Não é a privação absoluta que gera o descontentamento e provoca os movimentos políticos e sociais, mas a privação relativa, i.e., a percepção das necessidades e principalmente o fenômeno do ressentimento que gera a todo instante novos descontentamentos e novas recomposições sociais.

O conceito de movimento social remete-nos a uma dinâmica social específica através da qual os atores sociais envolvidos (sejam indivíduos, grupos informais, organizações) constroem uma autodefinição, ou o que poderíamos entender como uma facção que está do mesmo lado num conflito. Segundo os autores analisados acima, os movimentos sociais produzem significados em interação informal entre uma pluralidade de atores que, tendo uma identidade coletiva partilhada, se envolvem em conflitos sociais, culturais e/ou políticos. Conforme Rios (1986, p. 789), os movimentos sociais desempenham funções aparentes e ocultas no processo de mudança e transformação social. As funções aparentes se evidenciam no tipo de recrutamento, nas inovações que apresentam e nos resultados práticos que produzem; menos explícitas seriam as funções de formação de opinião pública.

Os movimentos sociais são fenômenos sociais, políticos, culturais e históricos. Podemos entender movimento social como uma expressão sociopolítica, cuja expressão empírica se refere à ação coletiva de grupos com a intenção de alcançar algumas demandas desses grupos, tendo em vista a mudança ou a preservação de determinadas condições sociais. Alguns movimentos sociais podem ser mais organizados do que outros, mas isso não significa que caracterizam uma organização propriamente dita, como se configurassem uma instituição, pois os movimentos não assumem caráter institucional. Os movimentos sociais, portanto, estariam diretamente vinculados aos atores sociais que deles participam, que de alguma forma se aproximam para ampliar sua capacidade de atingir objetivos, pondo em jogo identidades e valores. Como esses atores sociais possuem interesses diferenciados, muitas serão as pautas e objetivos que os movimentos sociais poderiam buscar.

Todos os movimentos sociais possuem características particulares e condições específicas. Inicialmente, deve-se diferenciar um movimento social de ações isoladas, para que este possa ser caracterizado como movimento social. Também se deve observar o caráter desses movimentos, suas formas das organizações e de mobilização

e verificar se possuem uma estrutura funcional. Alguns movimentos já se caracterizam por uma “organização” bastante desenvolvida, ou seja, estão bem estruturados socialmente. Os movimentos sociais podem ser caracterizados como um processo, cuja manifestação pode ser episódica ou sistemática. É importante identificar a duração da ação coletiva, saber se é pontual, local, nacional ou mesmo internacional. Embora possam ter lideranças individuais, os movimentos sociais não se caracterizam pela atuação de um líder, mas expressam a vontade de grupos sociais que constituem os movimentos.

4.2 EIXOS TEMÁTICOS NOS ESTUDOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

Todas as questões teóricas acima expostas fornecem elementos analíticos fundamentais para a compreensão da realidade rural, em especial a dos movimentos sociais rurais. Os elementos descritos têm o papel de subsidiar o estudioso, no caso, você, na compreensão de sua realidade local, permitindo estabelecer um diálogo reflexivo mais amplo com aspectos gerais, não apenas aqueles aspectos vinculados à realidade rural ou à sua realidade local. Além de subsidiá-lo em suas análises, a reflexão teórica possibilita-lhe ampliar sua capacidade de interpretar sua realidade e, ao mesmo tempo, criticar tais conceituações e elaborações teóricas a partir daquilo que você analisa em sua realidade concreta. Nesse sentido, a partir de observações empíricas, você pode ampliar sua capacidade de explicação de um conceito ou teoria, apontando seus limites. Sobre esse tema, você está convidado a ler o texto da Unidade 5.

Para Gilberto Velho (1986, p. 788), a noção de movimentos sociais rurais, mais do que constituir um conceito, remete à delimitação de um amplo campo de questões que se referem a reações coletivas das mais diversas formas, que ocorrem através da história no meio rural, caracterizando, portanto, a expressão do conceito de movimentos sociais na realidade rural. Segundo o autor, algumas vezes se utilizam termos um pouco mais restritos, como movimento social camponês ou movimento de agricultores, embora ainda nestes casos o termo carregue consigo todas as ambivalências envolvidas na própria definição de camponês, agricultor e mundo rural, na cultura sociopolítica que está envolvida nesse debate. Conforme apontam alguns autores (por exemplo, RICCI, 2005), a cultura política rural se traduz numa forte hierarquia social, formalizada em rituais e tradições definidas pela conduta e pelo costume, como no caso de outros grupos sociais. Essa é uma condição importante para pensar os movimentos sociais rurais, como será feito a seguir.

Para Rios (1986, p. 789), as motivações podem variar entre os movimentos camponeses das sociedades tradicionais ou desenvolvidas e os movimentos de agricultores, dependendo da forma como são conceituados. Segundo o autor, os movimentos camponeses seriam protagonizados por indivíduos que não têm a posse da terra e que são explorados por latifundiários que lhes pagam baixa remuneração e não lhes permitem cultivar alimentos; geralmente, lutam por acesso à terra, por sua partilha, ou pelo direito a uma melhor remuneração. Os movimentos de agricultores,

por sua vez, envolvem atores sociais detentores de terra, pequenas propriedades rurais, muitas delas familiares, e tais movimentos visam à obtenção de melhores preços, subsídios, incentivos e crédito, e se voltam contra os especuladores, os intermediários, os donos dos meios de transporte, de armazenamento ou de financiamento.

Segundo Ricci (2002, 2005 e 2006), as condições específicas do rural, no Brasil, conduzem o mundo rural a continuar exótico para muitos analistas, fazendo com que não compreendamos claramente os movimentos erráticos dos movimentos sociais rurais. Para o autor, se nos anos 1980 alguns estudos sugeriam uma novidade social que vinha do campo, rompendo com mandonismos locais, no início do século XXI era perceptível que a novidade se transmutava, revelando ambiguidades. Entre estas ambiguidades, Ricci (2005, p. 1-2) cita algumas:

- (a) apesar de o movimento sindical de trabalhadores rurais ser vigoroso na estrutura sindical nacional, os movimentos sociais rurais, com raras exceções, permanecem organizados ao largo da estrutura sindical;
- (b) apesar de o movimento social de luta pela terra se constituir em significativo foco de resistência política e social do país, grande parte deles foram se cristalizando em organizações estruturadas e hierarquizadas, alterando paulatinamente seu ideário político e se tornando autorreferentes;
- (c) embora muitos dos movimentos sociais rurais sejam oriundos das comunidades eclesiais de base ou similares, ao longo dos anos 1990 as divergências de condução entre agentes pastorais e lideranças sociais rurais tomaram corpo e volume;
- (d) não obstante os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável se tenham consolidado como experiências de gestão participativa e de envolvimento de comunidades do país, não conseguiram romper com a ingerência do Poder Executivo local nas suas deliberações.

4.3 ORIGEM E TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

No texto “A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos”, Ricci (2005) analisa a trajetória sócio-histórica dos movimentos sociais rurais no Brasil, relacionando-os à questão identitária, política e social do meio rural. Conforme explica Ricci, as organizações sociais rurais contemporâneas, que lideraram lutas de resistência política desde meados do século XX, foram marcadas pela ambiguidade. Para o autor, a história recente dos movimentos sociais rurais é tortuosa e errática, uma vez que os movimentos sociais rurais emergentes pareciam anunciar novas práticas políticas e sociais nos anos 1980, mas rapidamente tomaram novos rumos, institucionalizaram-se, alguns se partidarizaram, outros mantiveram o ideário original, porém restrito a pequenos territórios de atuação.

As duas organizações rurais mais importantes dos anos 1950 e 1960 (Ligas Camponesas e Sistema CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura) teriam sofrido por tal razão. Criadas nos anos 1950, na região de Ribeirão Preto, as Ligas Camponesas nasceram como Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), mas logo foram qualificadas ideologicamente pelos jornais locais como organizações rurais comunistas (RICCI, 1999, p. 67).

Nascida através da disputa e negociações de cúpula entre lideranças do PCB (Partido Comunista), lideranças conservadoras da Igreja Católica e Ação Popular, a CONTAG foi criada em 1963, tendo como presidente Lindolfo Silva, um alfaiate carioca comunista que desconhecia o cotidiano rural. O PCB, na época, dirigia 21 federações rurais, de um total de 42 existentes. A ambiguidade cultural neste caso se expressava no fato de a cúpula de esquerda do sistema sindical rural definir como estratégia política a orientação pela defesa restrita da lei e o estabelecimento de acordos entre lideranças sindicais já estabelecidas, compondo laços de lealdade no interior do sistema sindical. Segundo Ricci, essa condição favorecia a emergência do culto aos dirigentes, como administradores e representantes capacitados para liderar e monopolizar qualquer demanda social rural.

Ricci (2005, p. 2) afirma:

No final dos anos 1970 e início dos 1980, esta limitação do sistema de representação político-social do meio rural foi duramente questionada por uma série de movimentos sociais que explodem nas regiões e categorias sociais de fronteira, pouco ou nada assistidas pela legislação ou estrutura sindical vigentes. Este é o caso da luta pela terra (defendida pelo sistema contaguiano apenas nos limites do Estatuto da Terra, o que excluía a luta de ribeirinhos, seringueiros, sem-terra e boias-frias), lutas de assalariados rurais temporários e tantos outros segmentos sociais.

Com base nesse contexto, os movimentos sociais rurais que emergem e se expressam nos anos 1980 são, portanto, um campo de dupla resistência política, contra a ordem social que os excluía e contra as organizações formais de representação social que não os acolhia. Tais movimentos passam a assumir caráter autônomo frente aos partidos políticos e estruturas formais de representação.

Ricci (2005, p. 3) explica que o ideário anti-institucionalista projetado nos anos 1980 consolidou forte articulação nacional de movimentos sociais e organizações de apoio às lutas sociais rurais. Contudo, tal ideário não conseguiu elaborar nova institucionalidade nem mesmo políticas públicas mais condizentes com seus interesses, como, por exemplo, a reforma agrária em geral, permanecendo na resistência e na mobilização por pautas mais imediatas, entre as quais assentamentos pontuais e recursos para assentados. A partir das novidades instituídas pela Constituição de 1988, como a possibilidade de formação de organizações para defender os interesses de grupos de atores sociais, até algumas inovações propostas pelos movimentos rurais, baseadas em participação direta dos membros, não conseguiram esgotar sua possibilidade real de substituir a estrutura verticalizada e burocratizada de gestão pública por estruturas mais horizontalizadas e colegiadas, como propunham os mo-

vimentos, o que ficou cristalizado, por exemplo, nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

O autor continua afirmando que as dificuldades para a superação do caráter reivindicatório não estavam vinculadas apenas à cultura ou ideário político dos movimentos sociais, mas a uma conjunção de fatores, como o avanço do agronegócio em áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar, o envolvimento direto de assessores e lideranças de movimentos sociais em administrações públicas progressistas, o aumento da disputa por recursos entre movimentos e organizações populares. Assim, muitos movimentos sociais rurais se institucionalizaram e assumiram nítidos sistemas de controle e hierarquia em seu interior, transformando-os em organizações autorreferenciadas. Como organizações, passaram a locomover-se num cenário de autopromoção, deixando de realizar cursos e atividades de formação abertas, para limitar-se à formação de seus próprios quadros (RICCI, 2005), fato que os conduziu a uma descaracterização em relação à acepção de movimentos sociais.

As experiências desencadeadas pelos movimentos sociais rurais dos anos 1980 foram minimizadas por ações governamentais, através de um tipo específico de parceria que tendeu a institucionalizar os movimentos sociais numa dimensão extremamente formal, quase que “oficial”. O que merece destaque é a relação direta entre lideranças de movimentos sociais e governos, consolidando uma relação política e não necessariamente uma nova institucionalidade pública. Por exemplo, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – parece ser a referência mais direta e exitosa dessa nova relação política, o que se distancia do caráter emancipatório dessas políticas e ações governamentais (RICCI, 2005, p. 3-4).

LEMBRE-SE

As experiências desencadeadas pelos movimentos sociais rurais dos anos 1980 foram minimizadas por ações governamentais, através de um tipo específico de parceria que tendeu a institucionalizar os movimentos sociais numa dimensão extremamente formal, quase que “oficial”.

As políticas agrárias foram outra esfera de atuação governamental, mas esta não teve a mesma lógica do PRONAF. Ao contrário, segundo muitos autores, desde os anos 1980, a reforma agrária teria sido afastada da agenda oficial dos partidos e das preocupações centrais da agenda estatal. Comenta Ricci (2005, p. 4):

De política estatal de natureza distributiva que teria como função corrigir distorções na ocupação da terra e natureza da estrutura produtiva rural, a reforma agrária passou a ser considerada como política compensatória ou ação focalizada para debelar tensões em áreas de conflito social; ao longo dos anos 1990, o novo contorno da política agrícola foi se acentuando e descaracterizando os objetivos tradicionais da reforma agrária.

Ricci (2005) revela que os movimentos sociais rurais e, mais especificamente, as organizações rurais de trabalhadores e agricultura familiar têm nesse contexto um dilema: ou disputam programas marginais, contentando-se com vitórias mais pontuais e menos vinculadas a um projeto amplo de mudança na sociedade, fato que indica alteração na lógica de fomento ao desenvolvimento da agricultura; ou aumentam o grau de mobilização social e pressão sobre as agências estatais, fortalecendo a pressão por mudanças na sociedade como um todo. Para o autor, foi a primeira destas opções que grande parte dessas organizações adotou.

Em texto mais recente, Ricci (2006, p. 5-6) afirma que, na década de 1990, novos movimentos sociais vão se esboçando, os quais, em sua maioria, são movimentos situados no meio rural e expressam uma prática política que supera traços corporativos que poderiam ser observados em outras épocas.

Os movimentos sociais rurais da última década seriam, para o autor, movimentos que têm como base de articulação o território e a identidade, e não mais a carência específica de terra. Por esse motivo, os movimentos rurais mais recentes ampliam sua base de articulação social, envolvendo populações residentes em grandes áreas, procurando estruturar uma nova institucionalidade pública, expressa em fóruns ou conselhos regionais de desenvolvimento, constituindo estruturas de financiamento autogerenciados (como os fundos rotativos), buscando envolver as agências estatais em suas práticas enquanto aparelhos públicos, ou seja, como instrumentos das populações do território, e não mais como instituições que atendem às populações. As práticas, difusas, heterogêneas, muitas vezes se diferenciam do que se convencionou denominar de parceria com o Estado, pois mantêm a direção sobre as políticas públicas desenvolvidas no território.

A mudança comportamental nos movimentos sociais do século XXI parece residir no afastamento gradativo, nas regiões em que surgem esses movimentos, do aparelho de Estado enquanto elemento regulador das relações sociais e econômicas. Conforme Ricci (2006, p. 7), “o afastamento do Estado e o aumento de concorrência econômica impelem tais populações a redefinirem – e muitas vezes, construir – novos mecanismos de controle social e gestão pública”.

Ao tratar dos movimentos sociais rurais, Ricci (2005 e 2006) analisa organizações e movimentos sociais rurais como uma forte tendência à institucionalização, aspecto que vai de encontro ao caráter emancipatório e reivindicativo, que seria a proposta original de um movimento social. A estrutura sindical centralizada, herança da esquerda formadora dos sindicatos, além de estar ligada aos governos, distanciou-se do cotidiano e das lutas sociais do campo e ressignificou os objetivos tradicionais dos movimentos sociais.

Tais configurações geram uma crise das estruturas de representação política no meio rural, o que causa certa confusão quanto ao conceito de pertencimento do trabalhador rural. Dessa forma, a cultura comunitária “não consegue impor-se como alternativa à constante ruptura social e de expectativas futuras” (RICCI, 2005, p. 5).

Além da ambivalência da cultura política rural, outros fatores competem para a contenção ou inflexão dos movimentos sociais rurais brasileiros. Conforme sugere

Ricci (2005), uma hipótese instigante é a de crise das estruturas de representação política tradicional no meio rural, em virtude de mudanças aceleradas das condições sociais e de trabalho no campo.

A mudança constante da paisagem rural, a crise das relações sociais tradicionais, as mudanças tecnológicas no campo, o *agrobusiness*, a ampliação do acesso à informação, o acirramento da competitividade, a pluriatividade, especialmente de jovens rurais, contribuem para alargar a tensão entre uma identidade tradicional das populações rurais e um panorama inovador e volátil que se coaduna com as bases do imaginário dos atores sociais rurais.

As comunidades rurais vivenciam um momento de “deslocamento de representações” em virtude da flexibilidade da ordem social contemporânea, o que supõe um importante momento de crise nas representações sociais mais tradicionais e de efervescência de novas pautas e debates que considerem a identidade e a valorização das populações rurais, seu imaginário social e suas formas de reprodução social.

4.4 MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

4.4.1 Movimentos de luta pela terra

No Brasil, estudos têm demonstrado que a concentração fundiária é um processo histórico intocável. Nesse contexto, a luta pela terra não pode ser desconsiderada quando se discutem políticas de democratização de acesso à terra. O Estado não tem conseguido desenvolver uma política de reforma agrária efetiva, por muitas razões. Nas últimas décadas, há evidências de que os movimentos sociais de luta pela terra têm impulsionado ações e políticas compensatórias de implantação de assentamentos rurais (FERNANDES & RAMALHO, 2001, p. 239).

Quando você ouve falar em movimento de luta pela terra, logo vem à mente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Embora esse “movimento” seja uma organização sociopolítica importante na discussão sobre a luta pela terra, a perspectiva dos movimentos sociais rurais de luta pela terra é mais ampla do que o MST enquanto movimento organizado. Os movimentos sociais rurais de luta pela terra são anteriores ao MST, muitos deles seculares, e tiveram papel social importante. O quadro 3, abaixo, apresenta um conjunto de movimentos de luta pela terra que ocorreram no Brasil desde os anos 1970. Você deve perceber que a luta pela terra enquanto movimento social caracteriza algo muito mais amplo que o MST, mas não podemos deixar de considerar que o MST é um importante ator na discussão sobre os movimentos sociais de luta pela terra e que ele tem um papel significativo ao falarmos em movimentos sociais rurais.

Quadro 3
Movimentos sociais de luta pela terra no Brasil

Movimentos	Estados	Ano de início (aproximado)
Comissão Pastoral da Terra – CPT	MS e PB	1975
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	RS – SC – PR – SP – MG – RJ – ES – BA – SE – AL – PE – PB – RN – CE – PI – MA – PA – AM – TO – DF – GO – RO – MT – MS	1984
Movimento de Luta pela Terra – MLT	BA	1994
Movimento Sem Terra do Sul do Mato Grosso – MST-SMT	MT	1994
FETAGRI – MS	MS	1996
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul – COAMS	MS	1996
Movimento da Terra – PE / MT	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta – MCL	PE	1996
Central de Associações de Assentados e Pequenos Agricultores – CEAPA	AL	1996
FEATEMG	MG	1996
Movimento Camponês de Corumbiara – MCC	RO	1996
Movimento da Libertação dos Sem Terra – MLST	MA – PE – MG – SP	1997
MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
MUST – Movimento Unificado dos Sem Terra	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

Fonte: FERNANDES, 1998, citado por RICCI, 2006.

O MST surge no final dos anos 1970 em Santa Catarina e estende-se rapidamente para vários estados do país nos anos 1980, projetando-se nacionalmente nos anos 1990. Segundo Ricci (2006, p. 17-21), o crescimento do movimento demonstrou uma grande capacidade de liderança, baseado num discurso que gerou coesão social entre segmentos que se sentiam marginalizados no meio rural. Suas lideranças ter-se-iam apoiado numa “pedagogia popular” desenvolvida pela Igreja Católica ainda nos anos 1970, que articulava elementos místicos das práticas religiosas do homem do campo com valores culturais do mundo rural e elementos de uma disciplinada rigidez organizativa. Para o autor, a força do MST está na capacidade de sustentar esse amálgama entre as dimensões racional e mística.

Ricci afirma que, entre os autores que estudam o MST, se podem encontrar posições distintas em relação à novidade da qual tal movimento seria portador. Autores “otimistas” (por exemplo, GOHN, 1997b, FERNANDES, 1998) entendem o MST como uma possibilidade de articulação capaz de elaborar um projeto nacional que se contraponha à institucionalidade pública vigente. Autores “críticos” (por exemplo, NAVARRO, 1997, D’INCAO & ROY, 1995), por sua vez, ressaltam os impasses de

natureza estrutural do movimento, que o impediriam de romper com a lógica política que vigora no mundo rural brasileiro.

Ricci (2006) explica que a capacidade organizativa do MST ganhou novos contornos com a ocupação do Pontal do Paranapanema, oeste do estado de São Paulo, em 1995. A região, foco de uma das principais áreas de terras devolutas do país, seria capaz de assentar 20 mil famílias: entre 1990 e 1996, 2.300 famílias foram organizadas na região pelo MST, provocando sucessivas ocupações de terra; mais de 40 assentamentos foram instalados, fruto da pressão causada por mobilizações.

Destacando a importância do MST, Fernandes (1998) entende que o número de movimentos sociais organizados vem crescendo, mas eles ainda não atendem à demanda da luta pela terra. Muitas famílias se mobilizam em movimentos sociais localizados, os quais representam parte considerável da luta. Porém, para o autor, esses movimentos seriam de difícil análise por não possuírem uma estrutura organizacional durante o tempo da luta pela terra. Baseado nesse fato, o autor conclui que o único movimento social de luta pela terra de atuação nacional seria o MST. Deve-se destacar que Fernandes entende o MST como movimento social, baseado em sua estrutura funcional, que o caracteriza quase como uma organização, mas o descaracteriza como movimento social enquanto expressão de grupos sociais.

Navarro (1997), por sua vez, procura apontar as insuficiências do MST enquanto movimento social sem, contudo, destacar sua importância política e social. Para o autor, o movimento adquire feição nacional a partir de 1994, fruto de uma mobilização regional específica e conjuntural: a disputa no Pontal do Paranapanema. Para esse autor, alguns setores dirigentes do movimento adquiriram posturas triunfalistas, desqualificando alianças, incapacitando o Movimento de vislumbrar estratégias realistas de ação. Dessa forma, haveria, para o autor, a ilusão do que seria o caráter revolucionário do movimento, tendo em vista que a possibilidade de ruptura do regime econômico e político prevaletentes inexistem no imaginário social dos sem-terra. Em muitos casos, o MST, enquanto organização sociopolítica, apresenta a resistência e a tradição andando lado a lado com a transgressão, o ressentimento e a revolta, condição que o leva ao afastamento social com ações de resistência política, e culmina com saques, ocupações de terra, ocupações de órgãos públicos e a adoção de políticas perigosas.

Na mesma linha de Navarro, D'Incao & Roy (1995, p. 40) revelam que, após a conquista da terra, a busca retórica de construção de relações sociais democráticas no seio das populações beneficiadas começa a dar lugar a clivagens políticas que reproduzem e reconstróem formas de dominação incrustadas nas práticas tradicionais do mundo rural brasileiro. Os autores apontam que técnicos agrícolas estatais tentam impor modelos coletivos de produção; agentes católicos buscam disseminar ideais comunitários; militantes do MST reproduzem palavras de ordem. Contudo, mais profunda e complexa que a tentativa de impor um discurso hegemônico no assentamento seria a reconstrução de preconceitos e diferenciações sociais entre as famílias de assentados; por exemplo, o grupo de famílias coletivistas contra aquele

que defende parcelas individuais de produção; as famílias mais tradicionais que desaprovam as mães solteiras. Para os autores, os assentados reproduziam as relações de dominação das quais se queriam libertar os participantes de movimentos de luta pela terra, recriando suas velhas práticas de dominados, tais como a competição, a invalidação dos companheiros, a desconfiança, a dissimulação, a resistência sorrateira, e impedindo a constituição de condições para negociar conjuntamente soluções para os problemas que lhes eram comuns.

Ricci (2006, p. 22) conclui, quanto ao MST, que esse movimento exige uma dupla constatação, que constitui um aparente paradoxo: enquanto movimento social, articulado nacionalmente, denuncia a marginalização social e política de uma multidão que procura inscrever seu direito ao bem comum improdutivo; porém, enquanto organização política, não apresenta uma solução em relação aos mecanismos de tomada de decisão das agências estatais. Na prática, sua ação acaba por eleger como interlocutor o Estado, sem criar alternativas de gestão pública. Daí ser um movimento que oscila entre longas negociações e a deslegitimação do interlocutor. Por esse motivo, para Ricci, o MST parece articular-se nacionalmente a partir de métodos de mobilização, mas não consegue o mesmo feito em relação ao projeto de sociedade que aspira construir. O impasse estaria, justamente, na incapacidade de formular um projeto de organização social e de gestão pública, ou ainda, na incapacidade de formular mediações políticas entre a luta pela terra e o projeto de sociedade.

4.4.2 Movimentos de mulheres rurais

O movimento das mulheres agricultoras ou mulheres rurais tem como atores diretamente envolvidos as mulheres trabalhadoras rurais. Movimentos dessa natureza tiveram origem no início da década de 1980, quando ocorria uma tendência à tecnificação da agricultura, quando os trabalhos agrícolas se tornavam menos pesados, permitindo maior participação feminina para além das atividades domésticas de apoio. Foi ao mesmo tempo um período em que as mulheres diminuíram o número de filhos e ficaram, por isso, mais disponíveis para o trabalho. Novas condições ampliaram a participação das mulheres no meio rural, proporcionando mudanças ou questionamentos quanto às tradições no meio rural. As mulheres rurais ambicionavam o ajuste e a adequação de suas propostas às demais organizações campestres, juntamente com o fortalecimento das lutas rurais mais gerais, que constituíam um embate específico por questões denominadas de gênero, no meio rural. A tentativa de inclusão e igualdade nos processos originados e executados nas unidades produtivas e na sociedade trouxe à tona, no contexto rural, a realidade feminina.

Conforme Paulilo (2000, p. 1), vários fatores caracterizam a situação de desigualdade de gênero no meio rural. Merece destaque, por exemplo, o padrão de sucessão nas propriedades rurais, em que as mulheres eram preteridas na herança da terra, a não ser que casassem com um agricultor, embora o Código Civil preveja igualdade entre os herdeiros. Segundo a autora, é comum que, no momento da par-

tilha, se façam arranjos entre os filhos ou parcerias entre irmãos homens e cunhados. No meio rural mais tradicional, como as mulheres tinham menos acesso ao conhecimento e à qualificação, eram subordinadas aos homens, tendo uma participação desigual dentro da propriedade e na divisão das tarefas; normalmente acumulavam tarefas na esfera produtiva, mas estas tinham menor ênfase. Executando trabalhos “menores”, como preparo da alimentação, limpeza dos estabelecimentos, ordenha, cuidados com a horta e processamento dos produtos agrícolas, não tinham seu trabalho na produção tão valorizado quanto o dos homens.

Paulilo (2000, p. 3) explica que, com o apoio da Igreja Católica, e na esteira de outros movimentos sociais, como o movimento da luta pela terra, o movimento de mulheres rurais se organizou e passou a apresentar demandas vinculadas às questões de gênero. Como exemplo, a autora cita um caso de movimento das mulheres agricultoras que teria tido suas primeiras expressões ainda no início dos anos 1980, em Chapecó – SC, com o objetivo de tomar a direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Em maio de 1984, no Dia Internacional das Mulheres, o movimento das mulheres organizou uma primeira manifestação pública, da qual participaram cerca de 500 trabalhadoras rurais, número que se ampliou, nos anos seguintes, para mais de 2.000 mulheres.

Entre as principais reivindicações dos movimentos de mulheres rurais estava o reconhecimento das mulheres como produtoras rurais e todos os benefícios advindos desse reconhecimento, como o direito à aposentadoria, o salário-maternidade, o trabalho remunerado e o direito a participar na direção de sindicatos, entre outros. Conseqüentemente, a demanda era uma luta pela independência e pelo direito de participação, inclusive política, na sociedade. A organização das mulheres rurais conformava-se a partir de situações vivenciadas nas pequenas propriedades rurais.

Os movimentos de mulheres rurais defendem pautas voltadas para a questão da mulher rural, tais como salário-maternidade, aposentadoria aos 55 anos para trabalhadoras rurais, auxílio acidente de trabalho, igualdade de direitos entre homens e mulheres rurais, mulheres nas cooperativas e sindicatos, integração social, pensão-viuvez. Movimentos desse gênero sempre enfrentam certa resistência por parte dos órgãos responsáveis e da própria sociedade, razão pela qual é muito importante salientar tais conquistas, principalmente por constituírem um movimento exclusivamente feminino e envolverem outros aspectos, tais como a mulher numa sociedade ainda preconceituosa e o machismo vivo e atuante.

A submissão e a subordinação, por exemplo, até então nítidas em muitas áreas rurais, foram amenizadas. As pautas do movimento de mulheres rurais visavam uma condição de cidadania completa e, em linha direta, a plenitude da mulher rural, bem como seus direitos sociais, previdenciários e trabalhistas. Dois aspectos importantes que potencializaram os movimentos de mulheres rurais devem ser destacados: primeiro, estruturar um dos setores mais marginalizados da sociedade – a mulher, pobre e da área rural, privada dos mínimos direitos já adquiridos pelos homens tanto na cidade quanto no meio rural; segundo, tratar de forma diferente as manifestações

das mulheres rurais nos atos públicos, encontros e atividades, por exemplo, através de decorações plásticas e criativas, rompendo com o modo tradicional desse tipo de manifestações, que geralmente são vistas com certa restrição. Alguns resultados obtidos pelo movimento de mulheres rurais foram o assentamento de acampados, a regulamentação da reforma agrária em determinadas localidades e a liberação de créditos para assentados.

4.4.3 Movimento sindical rural

O movimento sindical rural envolve atores sociais com demanda vinculada especialmente às relações de trabalho que se estabelecem no campo. O movimento sindical remonta ao século XIX, iniciando basicamente como expressão dos operários de fábricas que lutavam por melhores condições de trabalho e de salário, tendo, como contraponto desse conflito, os empregadores. A organização sindical, representada pelos sindicatos propriamente ditos, em diferentes categorias, representa organizações sociais mais delimitadas, já com base organizacional definida, como vimos na Unidade 3. Por sua vez, o movimento sindical pode ser considerado como a expressão da ação social de grupos de trabalhadores com vistas a melhores condições de trabalho, salário e emprego, que perpassou praticamente todas as categorias sociais profissionais de trabalhadores, inclusive de empregadores.

No Brasil, o movimento sindical iniciou nos primeiros anos do século XX, durante a República Velha, período em que a indústria brasileira dava os primeiros passos, impulsionada pelo desenvolvimento das organizações sindicais já consolidadas na Europa e pela mão de obra barata, representada pelos contingentes rurais que gradativamente se concentravam nos grandes centros. Os imigrantes europeus também tiveram importância no processo de formação do movimento sindical brasileiro, pois traziam consigo a ideologia do movimento anarco-sindical europeu, que pregava a total liberdade de associação entre os trabalhadores e a atuação na defesa de seus interesses. Nessa fase inicial, ainda imperava, no Brasil, o pluralismo sindical e eram frequentes as greves em meados da década de 1920.

No governo de Getúlio Vargas, houve a implantação de um modelo de normatização corporativista transplantado da Itália fascista, conhecido como *Carta del Lavoro*, que dava ênfase ao controle estatal dos sindicatos e que tinha no reconhecimento sindical pelo Estado e no sistema confederativo seus principais ícones. A Constituição de 1937 reforçou esse caráter. A partir da Constituição de 1988, o sindicalismo brasileiro ganhou maior liberdade, sendo vedado ao Estado interferir na organização e na administração sindical.

Conforme explica Favareto (2006, p. 30), no Brasil, a reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas representam as principais bandeiras do sindicalismo rural. Elas unificam as reivindicações dos trabalhadores rurais.

Favareto (2006, p. 27) analisou o novo sindicalismo rural brasileiro, procurando reconstituir as características da base social desse movimento, o perfil dos dirigen-

tes, os temas e as formas de ação. O autor afirma que a principal base social e os principais quadros dirigentes que se firmaram ao longo dos 30 anos de trajetória do movimento sindical rural foram os produtores familiares de diferentes origens, e não os assalariados rurais. Assim, no Brasil, a representação do sindicalismo ocorreu de maneira particular: enquanto na Europa a representação sindical se reuniu em cooperativas ou organizações profissionais e em parte da América Latina essa associação ocorreu mediante movimentos camponeses ou frentes agrárias, no Brasil tais grupos sociais se aglutinaram em torno dos sindicatos. Ainda conforme o autor (p. 30), o movimento sindical brasileiro pode ser situado entre constrangimentos derivados tanto da evolução na qualidade do conflito social agrário como dos arranjos e tensões internos ao próprio campo sindical.

4.4.4 Movimento de jovens rurais

Na seqüência deste texto, você vai notar que ainda não é muito clara a expressão *movimentos de jovens rurais*, embora importantes organizações coletivas tenham alas formadas por jovens agricultores, como, por exemplo, alguns movimentos de luta pela terra e o sindicalismo. Os movimentos de jovens rurais devem ser mais bem compreendidos a partir da própria questão do jovem em geral e, especialmente, do jovem no meio rural. Deve-se destacar que um movimento de jovens rurais se pautaria por aspectos que diriam respeito ao jovem rural no seio da realidade dos movimentos sociais que ocorrem no campo.

A incorporação de tecnologias no mundo rural a partir dos anos 1970 visava cada vez mais uma produção voltada para o mercado, provocando a descapitalização de muitas famílias e uma desestabilização na produção agrícola, bem como a existência de um excesso populacional, onde os filhos cresciam sem alternativas de continuidade no campo. Essa situação afetou a reprodução das relações sociais camponesas, alterou a divisão de trabalho na unidade familiar e ocasionou a busca de mercado de trabalho urbano e o êxodo rural. Neste contexto, o jovem rural não via tantas perspectivas de continuidade na agricultura e o anseio de permanência e de continuidade mobilizava todos os membros familiares, fazendo com que muitos jovens deserdados se sentissem excluídos de sua condição rural (BERTONCELLO, ROSSI & BADALOTTI, 2007, p. 7).

Segundo Brumer (2006), nos últimos 15 anos tornou-se significativa a quantidade de estudos sobre a juventude, em grande parte decorrentes da maior presença de jovens que reivindicam uma maior visibilidade e a formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer. Para a autora, ainda que existam dificuldades operacionais para delimitar o início e o fim da juventude, considerando-se os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos envolvidos na definição do termo, há consenso quanto à definição de quem seria jovem em determinada sociedade.

No que se refere à juventude rural, Brumer (2006, p. 2) afirma haver estudos sobre diferentes aspectos, mais dois temas acabam sendo os mais recorrentes: a ten-

dência emigratória, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propiciaria aos jovens; e as características da transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. Nesse sentido, Brumer sugere estudos que abordem as motivações dos jovens para deixar o meio rural e complementa tal perspectiva com aspectos de gênero.

Para Castro (2005, p. 322), a imagem de um jovem desinteressado pelo campo e atraído pela cidade não é seria algo novo, mas faria parte da literatura clássica sobre o campesinato, a qual trata a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato.

Pesquisas realizadas no Brasil (por exemplo, ABRAMOVAY et al., 1998) também revelam a continuidade do processo migratório e a visão relativamente negativa dos jovens sobre a atividade agrícola. Conforme já apontava Seyferth (1993), a busca de empregos remunerados pelos jovens do meio rural como assalariados seria sempre uma forma de obrigação ou de exclusão da herança da terra e da subdivisão da propriedade. Em razão de tais condições, muitos filhos de agricultores acabariam encaminhados para uma profissão assalariada, exatamente porque não existem condições objetivas de “fazê-los colonos de tempo integral”. Segundo Abramovay et al. (1998), era mais frequente a sucessão já estar decidida entre os agricultores consolidados do que entre os agricultores em exclusão ou em transição. Outro aspecto importante anunciado por estes autores foi a constatação de diferenças entre rapazes e moças, dada a existência de um viés masculino nos processos sucessórios, acabando as mulheres por aparecerem como excluídas da herança da terra; elas somente se tornam candidatas à sucessão na inexistência de um filho varão ou na possibilidade de nenhum filho do sexo masculino mostrar interesse pela atividade agrícola.

O estudo de Bertoncello, Rossi e Badalotti (2007) analisou o processo de reprodução social da agricultura familiar, buscando articular as concepções de juventude rural e de movimentos sociais. Segundo as autoras, existe uma realidade do jovem rural que se percebe como agente promotor de mudanças, mas que não se sente reconhecido e valorizado pelos adultos. Como já destacado no decorrer desta Unidade, os movimentos sociais constituem-se de alguns elementos como a ação social e política, as práticas cotidianas, a emergência de atores, a dimensão cultural, a identidade, a autonomia e seus opositores, ou seja, elementos que contribuem para a constituição de atores sociais ou sujeitos da ação, caracterizando, portanto, formas legitimadoras através das quais os sujeitos da ação lutam pela transformação no sistema de dominação. Em função das questões que envolvem a realidade do jovem rural, há perspectivas concretas de articulação desses jovens.

Temos referências de grupos de jovens no interior de movimentos sociais maiores, como o Movimento dos Sem Terra. Há grupos de jovens rurais que abordam aspectos relativos à problemática da juventude rural, como foi referido acima, mas também há grupos mais específicos, como os de mulheres jovens rurais. A temática dos jovens rurais, como você deve ter observado, ainda é relativamente incipiente

e menos delimitada do que a de outras formas de movimentos sociais rurais destacados nesta Unidade. Contudo, não desconsideramos essa problemática dos movimentos sociais rurais por ser nova. Parece-nos importante sugerir essa perspectiva, embora menos definida, pelo que convidamos você a participar de uma reflexão sobre “movimentos de jovens rurais”.

Encerramos o conteúdo sistemático da disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**, propondo uma série de questões a serem respondidas. Você deve entender que nem todos os aspectos do tema puderam ser abordados neste texto. Nossa intenção foi a de apresentar um quadro amplo de novos conceitos para despertar seu interesse por temáticas que ainda não estão, e que talvez nunca venham a ser, esgotadas. Aproveite a Unidade 5, a seguir, para pôr em prática os novos conhecimentos adquiridos.

4.5 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Você adotará um conceito de movimento social, entre os sugeridos na Unidade, ou outro, que você pesquisar em outros trabalhos. Elegerá alguns movimentos sociais rurais ou ações coletivas de sua região, construindo um quadro analítico, como o abaixo, a fim de caracterizar alguns elementos acerca de tais fenômenos concretos, para tentar caracterizá-los, ou não, como movimentos sociais rurais.

Definição de movimento social:		
Dimensões do movimento social	Movimento X	Movimento Y
Contexto de surgimento do movimento		
Caracterização dos atores sociais participantes do movimento		
Pautas do movimento		
Formas de luta e/ou mobilização do movimento		
Alguns resultados obtidos pelo movimento		
Observações interessantes sobre o movimento*		

* Por exemplo, propostas de desenvolvimento rural defendidas pelos movimentos sociais em questão, vinculações políticas desses movimentos.

4.6 BIBLIOGRAFIA

4.6.1 Bibliografia básica da Unidade 4

- ABRAMOVAY, R. (Coord.) et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.
- BERTONCELLO, A.; ROSSI, A. M.; BADALOTTI, R. M. Juventude rural, movimentos sociais e subjetividades: compreendendo estas interfaces no processo de reprodução social da agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: UFSC, 2007. Trabalho não publicado. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/andressa_bertoncello_adriana_may_rossi.pdf>.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006, Quito – Ecuador. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- CASTELLS, M. *Movimientos sociales urbanos*. Madrid: Siglo XXI, 1974.
- _____. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Col. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 2.
- CASTRO, E. G. de. O paradoxo ‘ficar’ e ‘sair’: caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: INCRASP, 2005.
- COHEN, B. *Sociologia Geral*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.
- DIAS, E. da C. Arqueologia dos movimentos sociais. In: CONGRESSO ESTADUAL DE SOCIOLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 11, 2001, Brasília: UnB, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia. Série Antropologia, n. 310. Documento *on line*.
- D’INCAO, M. C.; ROY, G. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- EPSTEIN, B. Political Correctness and Collective Powerlessness. In: DARNOVSKY, M.; EPSTEIN, B.; FLACKS, R. (Orgs.). *Cultural Politics and Social Movements*. Philadelphia: Temple University Press, 1995. Parte 1, cap. 1, p. 3-19.
- FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a02v2162.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2008.
- FERNANDES, B. M. Que reforma agrária? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14, 1998, Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP. Disponível em: <www.cpp.inf.br>.

- FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 239-54, 2001.
- GOHN, M. da G. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997a.
- _____. *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997b.
- _____. *Conselhos gestores e participação sócio-política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. (Org.) *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. *Classes sociais e movimentos sociais*. CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo 02, [s. d.], p. 36-54.
- MEDEIROS, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro*. Disponível em: <http://www.mulheresnobre.org.br/pdf/PMB_Cap4.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 17, 1989.
- _____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v. 11, n. 2, p. 86-93, abr.-jun. 1997.
- PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, UFSC/PPGSP, n. 21, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2008.
- RIBEIRO, J. C.. Origem do sindicalismo no Brasil. *Recanto das Letras*, 23 jan. 2008. Código do texto: T829642. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/829642>>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- RICCI, R. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.
- _____. *Fuga para o futuro: novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. Tese de Doutorado.

- _____. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 54, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2008.
- _____. Movimentos sociais rurais nos anos 90. GIFA – Grupo de Interesse em pesquisa para agricultura familiar, EMBRAPA, 2006. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/ricci.pdf>>. Acesso em: 8 jun 2008.
- RIOS, J. A. Movimentos sociais. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV, MEC, Fundação de Assistência ao Estudante, 1986. p. 788-90.
- SCHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.
- _____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: *Anuário Antropológico 91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 31-63.
- TARROW, S. *Power in movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- TOURAINÉ, A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977. p. 35-60.
- _____. *La voix et le regard*. Paris: Seuil, 1978.
- _____. *Palavra e sangue*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.
- _____. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VELHO, O. G. Movimentos sociais rurais. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV, MEC, Fundação de Assistência ao Estudante, 1986. p. 788.

*Francisco dos Santos Kieling, Analisa Zorzi, Ivaldo Gehlen,
Daniel Gustavo Mocelin e Nilson Weisheimer*

INTRODUÇÃO

O objetivo da Unidade 5 é explicitar o significado que perpassa a disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**, do curso superior em Planejamento e Gestão em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER. Ao reconstruirmos o sentido da disciplina, revelamos o caminho que desejamos que você, estudante, percorra ao longo de seus estudos. Identificar de antemão esse caminho assegura que o esforço que você fará ao longo do percurso não será improdutivo, pois desde o início saberá as consequências das ações propostas.

No decorrer do texto, abordaremos três pontos que o ajudarão a compreender alguns pressupostos e compromissos que estarão em diálogo ao longo da disciplina. Esses pontos transcendem a disciplina, de modo que você poderá aproveitá-los ao longo de sua vida acadêmica e profissional.

O primeiro ponto refere-se a uma reflexão sobre o processo individual de construção do conhecimento. Ao longo de nossa vida, lidamos com uma ampla variedade de saberes que concorrem entre si sobre o entendimento que temos a respeito do mundo que nos cerca. Para nos posicionarmos sobre eles, é necessário refletir sobre o processo constituinte e os pressupostos de cada uma dessas formas de saber. A resposta a essas reflexões depende da resposta a uma questão anterior: como se constrói o conhecimento?

O segundo ponto trata de forma sucinta e didática da esquematização do método científico. Como já sabemos, o método estabelece o procedimento básico para a construção do conhecimento. A partir dele, as diversas ciências e as novas teorias são construídas e permitem novos e qualificados entendimentos sobre o mundo.

O terceiro ponto aproxima a reflexão realizada sobre o processo de construção do conhecimento (primeiro ponto), ou seja, a reflexão epistemológica, e a discussão do método científico (segundo ponto), ou seja, o saber-fazer científico, do aspecto prático que se pretende dar à disciplina. A compreensão dos conteúdos teóricos de cada um dos módulos da disciplina depende da execução das tarefas relacionadas a esse ponto.

ANOTE

Epistemologia é a denominação que damos ao processo relacionado ao estudo do conhecimento. Portanto, quando nos referimos à reflexão epistemológica, estamos propondo a reflexão sobre as diferentes maneiras de conhecer uma determinada realidade social. No caso desta disciplina, enfocamos o processo de construção do conhecimento tendo como base alguns conceitos e teorias que visam explicar essa realidade; também damos atenção especial à própria realidade social, ou seja, enfocamos os dados empíricos que encontramos na realidade que queremos estudar e explicar.

A construção de conhecimentos que possibilitem práticas transformadoras nas realidades locais dependerá (a) do reconhecimento de que o conhecimento da realidade está acessível a todos os sujeitos sociais e é fundamental para a produção de práticas inovadoras; (b) da adequada apropriação do método científico por gestores e planejadores interessados em contribuir em processos de desenvolvimento rural sustentáveis; e (c) do engajamento individual e coletivo na apropriação de conhecimentos formalizados a partir de outras realidades, com o intuito de construir novos conhecimentos e práticas inovadoras que respondam às possibilidades e necessidades locais.

5.1 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Antes de tudo, é importante destacar um posicionamento sobre a participação dos sujeitos nas práticas constituintes dos processos históricos. Para isso, buscamos responder à seguinte questão: a ação individual contribui para mudar as relações sociais estabelecidas num determinado contexto?

Por um lado, a resposta negativa a essa questão traz como consequência prática o reconhecimento da inutilidade da ação humana. A história, por sua vez, seria o cenário da ação de elites e contra as quais nada pode ser feito na direção da democratização econômica, política e social, da promoção da cidadania e da emancipação humana.

Por outro lado, a resposta afirmativa à questão nos leva à ação. Mas essa ação só surtirá efeitos desejados quando sustentada por um adequado conhecimento da realidade que nos cerca. Uma parte do conhecimento proposto aos futuros planejadores e gestores de projetos de desenvolvimento rural é oferecida pela Sociologia, mas ele precisa ser apropriado e adequado às particularidades locais para resultar em propostas inovadoras adequadas aos desafios impostos por conjunturas regionais que são desconhecidas pelos teóricos analisados ao longo da disciplina.

Essa síntese entre o conhecimento teórico social oferecido na disciplina e a realidade local em que você vive é o que desejamos que você seja capaz de realizar ao final da disciplina.

A construção desse processo de conhecimento é explicada a partir da teoria construtivista. A matriz de produção do conhecimento conhecida como construtivismo foi elaborada a partir da crítica a dois modelos específicos: o empiricismo e o inatismo.

A teoria do conhecimento **empiricista** parte do pressuposto de que todo conhecimento é resultado direto da experiência. A teoria do conhecimento **inatista**, por sua vez, parte do pressuposto de que o indivíduo já dispõe de predisposições inatas, individuais, para conhecer determinados campos de saber. Essa capacidade natural estaria ligada a aspectos genéticos.

Conforme mencionado anteriormente, a teoria do conhecimento **construtivista** pretende ser uma superação positiva das duas teorias anteriores. Enquanto uma posiciona o indivíduo como objeto do conhecimento (empiricismo) e a outra situa o indivíduo como sujeito do conhecimento (inatismo), o construtivismo indica que o conhecimento é produzido a partir das relações que o sujeito trava com o mundo à sua volta.

As interações estabelecidas entre os sujeitos e o mundo que os cerca, a partir das ações conscientes ou não dos indivíduos envolvidos nesse processo, são responsáveis pelo conhecimento produzido coletiva e individualmente. Essa teoria não privilegia nem o polo do sujeito, nem o do objeto, como responsáveis pela produção do conhecimento. Esse conhecimento é produzido através das interações estabelecidas individual e socialmente.

Conforme essa teoria, as vivências anteriores dos indivíduos condicionam o modo como nós construímos os novos conhecimentos. Um tipo novo de conhecimento nunca é inteiramente assimilado a partir do zero. As experiências anteriores garantem ao sujeito condições de construir pré-noções sobre temas novos. Essas pré-noções são qualificadas pelos novos conhecimentos teóricos, refletidos a partir da experiência anterior, o que tende a produzir práticas qualitativamente superiores àquelas anteriores à reflexão teórica e empírica.

A consequência prática dessa teoria do conhecimento para nossa disciplina é a de que não cabe aos professores e tutores a produção do conhecimento dos estudantes sobre organização social e movimentos sociais rurais locais. O papel deles concentra-se na mediação entre os conhecimentos teóricos selecionados sobre essa temática – seus conceitos e teorias explicativas – e os estudantes.

O conhecimento sobre a teoria garante ao professor e ao tutor uma parcela de responsabilidade nesse processo coletivo de conhecimento. As temáticas: estratificação e mobilidade social; atores sociais, identidades sociocultural e socioprofissional; associações, cooperativas e sindicatos; movimentos sociais rurais de luta pela terra, das mulheres agricultoras, dos jovens agricultores e sindicais, foram propostas pelos professores.

Considerou-se que, para a compreensão dos fenômenos sociais locais ligados à organização social do mundo rural, esses assuntos seriam fundamentais. A partir dessa constatação, foram selecionados textos básicos e complementares com a intenção de subsidiar os estudantes para a apropriação teórica dos temas tratados.

Dessa forma, a contribuição dos professores e tutores fica limitada à atribuição de leituras e à mediação entre essas teorias através das problematizações realizadas nos fóruns de discussão e a nas atividades propostas.

E o papel do estudante, qual seria?

O estudante não tem apenas a função simples de leitura, entendimento e resposta às perguntas feitas. Esta é parte das tarefas que esperamos dos estudantes. Mas, enquanto os professores e tutores se deslocam até você com a teoria e algumas problematizações, esperamos que você venha a nós com o conhecimento da realidade local.

A relação que queremos construir não depende apenas de nós. Depende, sim, de nossa disposição e da de você de sairmos de nossas posições anteriores uns em direção aos outros, de modo a produzir um novo conhecimento capaz de impactar qualificadamente os projetos dos futuros gestores e planejadores para o desenvolvimento rural.

Mas esse conhecimento da realidade local que queremos como contribuição dos estudantes do PLAGEDER não é um conhecimento qualquer. É um conhecimento produzido ao longo da disciplina – através dos fóruns e das atividades – a partir das reflexões teóricas propostas. Ou seja, queremos construir junto com você um conhecimento sociológico sobre a realidade local.

E de que forma faremos isso? A resposta a essa questão será dada nos próximos dois pontos.

5.2 O MÉTODO

No primeiro ponto, vimos que a teoria do conhecimento que inspirou a concepção da disciplina, o construtivismo, indica que o conhecimento é produzido a partir de interações entre sujeitos cognoscentes (que conhecem) e objetos de aprendizagem.

Vimos também na apresentação que o foco da disciplina é o conhecimento científico sobre a realidade social das localidades rurais que condicionam processos de transformação e potencializam práticas inovadoras. Esse assunto já acumula uma quantidade razoável de conhecimento produzido em diversos contextos e a partir de diferentes teorias.

Pensando em aproximar as teorias discutidas em cada um dos módulos com a realidade local do estudante do PLAGEDER, oferecemos subsídios e problematizações que permitirão a você, estudante universitário, sujeito do conhecimento, ser um produtor de novos saberes. Para que isso ocorra da melhor forma possível, é importante ter o controle sobre os procedimentos constituintes desse novo saber, cuja base é o método científico.

Uma apresentação sintética e esquemática do método científico é o que propomos neste ponto do texto. Conforme reconhecido por ampla bibliografia sobre metodologia, um sujeito-pesquisador de uma determinada área de conhecimento, a partir de suas experiências pessoais específicas, de seu posicionamento social e po-

lítico e de suas problematizações teóricas, propõe uma nova investigação. Constrói, para isso, um projeto de pesquisa.

Para executar a investigação proposta, o pesquisador mune-se de teorias e conceitos que produzem explicações sobre o assunto, numa etapa que é conhecida como revisão da bibliografia, ou pesquisa bibliográfica. No caso da disciplina, elas estão sintetizadas nos textos básicos e complementares disponibilizados na biblioteca digital.

A partir dessas teorias, o pesquisador, imerso numa determinada realidade, faz uma pergunta que permita, após ser respondida, conhecer teoricamente essa realidade. Essa parte é conhecida como formulação da problemática, ou problema de pesquisa.

Essa pergunta está pautada pela teoria estudada. Mas, inevitavelmente, está marcada pelas experiências que conduziram esse pesquisador ao momento atual de suas reflexões, sejam elas vivências vinculadas ao trabalho prático, cotidiano, ou exigências formais, acadêmicas.

Dessa forma, fica evidente que a subjetividade do pesquisador impacta sua curiosidade científica. Isso não significa, no entanto, que a subjetividade possa assumir o comando da investigação. As teorias existentes e o controle metodológico devem servir como controles que garantam que o trabalho de produção do conhecimento não se transforme em produção e reforço de preconceitos.

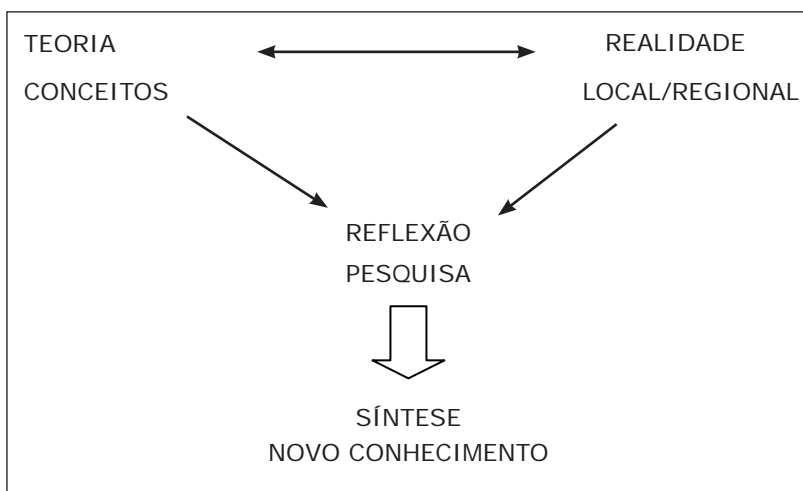
Ao realizar uma pergunta teórica à realidade, o pesquisador precisa visualizar as tarefas que precisam ser cumpridas para que a resposta seja obtida. Traçar esse panorama de atividades nada mais é do que estabelecer os objetivos gerais e específicos da investigação.

Esses objetivos indicam o que o pesquisador precisa fazer para que seja obtida a resposta à pergunta formulada. A operacionalização prática desses objetivos resulta nas tarefas de pesquisa: desde a revisão bibliográfica, passando pela coleta de dados e análise das informações, até a escrita do relatório final e artigos de divulgação. No caso de nossa disciplina, a produção das atividades de cada módulo.

Cumpridas essas etapas da pesquisa, chega-se ao momento da verificação da proposta original de investigação, com a resposta à problemática sendo construída a partir da reflexão entre as teorias estudadas e a investigação empírica realizada.

Esse momento possibilita a formulação de um novo conhecimento sobre a realidade pesquisada. Este é um saber novo, que está em diálogo com as teorias preexistentes utilizadas para a compreensão da realidade local, mas que é resultado da síntese elaborada num determinado contexto sobre determinadas condições. Como cada realidade tem sua particularidade, esse conhecimento será inovador a partir do momento em que consiga enfatizar essas peculiaridades locais e propor novas questões que possibilitem o avanço da teoria sociológica.

Observe o esquema a seguir:



Este esquema sintetiza a proposta de operacionalização da disciplina. Os professores oferecem uma seleção de textos que contemplam enfoques teóricos sobre cada um dos temas abordados na disciplina. A partir dos debates nos fóruns, entre os estudantes e tutores, e da realização das atividades de cada módulo, você se apropria das teorias estudadas, trazendo à discussão aspectos ligados a esse conhecimento, mas relacionados com sua região.

O resultado dessa relação de ensino-aprendizagem é uma reflexão teorizada sobre uma determinada realidade. Desse processo resultará uma síntese entre o conhecimento teórico, abstrato, e os dados empíricos que você buscou na realidade local – ou seja, um conhecimento teorizado sobre a realidade de sua região. A maneira de operacionalizar esse método e o sentido que isso terá em seu aprendizado ao longo da disciplina será o foco do próximo ponto.

5.3 PROPOSTA PARA A PRÁTICA DE ESTUDO E PESQUISA DA DISCIPLINA

Essa terceira parte esclarece o que esperamos das atividades realizadas ao longo da disciplina. Consequentemente, esse ponto situa-se após a discussão sobre a construção do conhecimento e sobre o método científico. O texto está assim organizado de modo a: (1) mostrar que a construção do conhecimento não é monopólio de uma minoria esclarecida; e (2) explicitar o modo a partir do qual as explicações científicas são produzidas.

As atividades de cada módulo e o trabalho final da disciplina são propostos visando à reflexão teórica e à aplicação do método, de modo a torná-lo produtor do conhecimento social sobre a realidade investigada por você.

Espera-se que as discussões teóricas realizadas nos fóruns de cada módulo possibilitem uma boa apropriação das teorias e dos conceitos expostos nos textos bá-

sicos. A partir dessas teorias (revisão bibliográfica), os professores proporão alguns caminhos para a reflexão sobre a realidade local. Essas propostas, em geral, estarão formuladas em forma de perguntas (problemática). A partir delas, será solicitado que algumas tarefas sejam cumpridas (objetivos específicos). Feito esse percurso, pede-se que você reflita sobre a teoria oferecida pelos textos com base nas tarefas de pesquisa cumpridas (síntese). O relato sobre esse processo fará com que você reflita e identifique na realidade local fenômenos teorizados a partir de outras realidades (relatório de pesquisa).

Em vez de reproduzir o conhecimento formalizado nos textos através de uma série de exames, você terá desenvolvido, com o auxílio das teorias, um novo conhecimento teórico-empírico construído a partir da investigação da realidade local. Ao percorrer esse trajeto, você terá construído um conhecimento teórico diferente daqueles até então dominados e, mais do que isso, esse novo saber estará sintonizado com a realidade local. Assim, você desenvolverá sua percepção sobre os fenômenos sociais que atravessam este contexto específico. Esse novo saber permitirá que, no futuro, sejam levadas em conta essas particularidades nos projetos elaborados individual e coletivamente para o desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, sugerimos algumas práticas que ajudarão você a ter um bom aproveitamento ao longo da disciplina:

- (1) É fundamental a leitura e a sistematização dos textos básicos.
- (2) De acordo com a disponibilidade de tempo, leia também os textos de apoio e os complementares.
- (3) As dúvidas que surgirem das leituras dos textos devem ser discutidas nos fóruns dos módulos. Esse espaço deve ser aproveitado por todos, ele é a sala de aula da disciplina e, ao mesmo tempo, um caderno coletivo. Ele estará à disposição para consultas sempre que necessário.
- (4) Realize as atividades de cada módulo. As atividades de cada etapa da disciplina fazem com que você se aproprie adequadamente dos conteúdos e faça com bastante tempo as reflexões propostas.

Esses passos garantem uma apropriação segura dos conhecimentos, e você terá, ao final da disciplina, uma razoável familiaridade com essa discussão. O que, pragmaticamente, será de vital importância para que você possa ser aprovado nesta disciplina.

Em síntese

Uma das intenções principais deste texto foi indicar que a construção de conhecimentos teóricos sobre o mundo é resultado dos esforços de muitas pessoas que estão em diálogo com realidades particulares.

A partir de duas formas de conhecimentos prévios, o teórico e o prático, é possível construir novos saberes sobre a realidade específica que desejamos conhecer para executar projetos locais de desenvolvimento.

Nesse processo, são fundamentais a ação, a reflexão e o diálogo para a construção do conhecimento e de processos de desenvolvimento. A ação se faz na investigação sobre uma determinada realidade social, com a intenção de obter um entendimento adequado sobre ela, de modo a embasar futuras intervenções. A reflexão se dá a partir da análise dos dados dessa realidade investigada, mediados pelos conceitos e teorias estudados. O diálogo permite que o retorno do conhecimento adquirido sobre uma dada localidade, aos habitantes desta, leve à constituição de processos de transformação social que não sejam monopólio de um grupo, mas incluam o debate com os sujeitos locais das transformações, a fim de incentivar ações efetivas de desenvolvimento rural.

Para produzir conhecimentos que contribuam para superação de condições sociais adversas, faz-se necessário constituir processos de diálogo com os sujeitos que vivenciam essas condições e que participarão dos projetos de desenvolvimento. Assim sendo, propomos nesta disciplina um caminho que permita a apropriação teórica e a construção do conhecimento através da pesquisa empírica e da reflexão sobre a realidade local. O retorno, aos sujeitos locais, do conhecimento produzido por você e o estabelecimento de um diálogo que permita qualificar cada vez mais esses novos saberes é tarefa para a sequência do curso e dos projetos em que você vier a trabalhar.

5.4 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Escolha um dos aspectos da realidade rural trabalhados nas Unidades 3 e 4 (por exemplo: sindicato, cooperativa, associação, movimento mulheres rurais, movimentos sociais do campo, movimento do sindicalismo rural, movimento de luta pela terra), e desenvolva um texto crítico relacionando a organização/movimento escolhido com pelo menos um dos conceitos trabalhados nas Unidades 1 e 2 (estratificação social, desigualdade social, atores sociais, identidade sociocultural, identidade socioprofissional).

O trabalho consiste na elaboração de um ensaio de discussão teórico-prática, com base nos conceitos analisados, no qual você deverá argumentar de forma consistente e sintética a relação desses conceitos com o aspecto da realidade escolhido, ou seja, uma das organizações mencionadas acima. O trabalho pode ser feito com base em um aspecto de sua realidade local, municipal ou regional, desde que você relacione esse aspecto com a discussão teórico-conceitual proposta na disciplina.

Procure produzir uma reflexão crítica, ou seja, dialogue sobre os aspectos da realidade escolhida, mostrando como esta pode ser analisada com base nos conceitos selecionados ou como os conceitos selecionados seriam limitados, ou não, para analisar este ou aquele aspecto da realidade escolhida.

5.5.1 Bibliografia básica da Unidade 5

BECKER, F. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. In: _____. *Educação e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 15-32.

_____. Ensino e pesquisa: qual a relação? In: BECKER, F.; MARQUES, T. B. I. (Orgs.). *Ser professor é ser pesquisador*. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 11-20.

FREIRE, P.; SHOR, I. O que é “método dialógico” de ensino? O que é uma “pedagogia situada” e Empowerment. In: SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 121-46.

VIRGÍNIO, A. S. *Por que pesquisar*, 2000. Disponível em:

<www.alexandrevirginio.slg.br/artigos.htm>. Acesso em: 1 abr. 2008.

Ação Social

Para Max Weber:

“A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros). Os ‘outros’ podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (‘dinheiro’, por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente aceita no ato de troca, porque sua ação orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estarão dispostos a aceitá-lo também, por sua parte, num ato de troca futuro).”

“Nem todo tipo de ação é ação social no sentido aqui adotado. A ação externa, por exemplo, não o é, quando se orienta exclusivamente pela expectativa de determinado comportamento de objetos materiais. O comportamento interno só é ação social quando se orienta pelas ações dos outros.” [...]

“Nem todo tipo de contato entre pessoas tem caráter social, senão apenas um comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outra pessoa.” [...]

[E essa ação social] “como toda ação, pode ser determinada:

- “(1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso;
- “(2) de modo racional, referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado;
- “(3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais;
- “(4) de modo tradicional: por costume arraigado.”

Referência: WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: EDUNB, 2000. v. 1, p.13-5.

Associação

É uma organização resultante da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objetivo comum.

Ator Social

Os atores sociais manifestam interesses sociais, econômicos, políticos, culturais, etc., de forma articulada, geralmente expressos através de formas perceptíveis, legítimas e, em geral, regidas por legislação, normas, estatutos ou regimentos. Outras vezes a manifestação coletiva dos atores sociais não é regida burocraticamente – como, por exemplo, um movimento social ou mesmo o comportamento dos que ocupam uma mesma posição na estratificação social –, mas deve obedecer a uma ética consensualmente aceita.

Os atores sociais ocupam diferentes posições sociais (estratos), que expressam desigualdade social. Suas atitudes são regidas por valores éticos compartilhados; mas, simultaneamente, eles também vivenciam valores culturais específicos ou identidades que expressam as diferenças.

Conceituar sociologicamente ator social implica identificá-lo numa relação alterativa, validada pelo(s) outro(s) e situá-lo(s) numa realidade social mediada por relações e por concepções de mundo, por estilos de vida, por atividades, pela natureza, pela religião, enfim, pela realidade complexa que os cerca.

Cooperativa

É uma sociedade de, no mínimo, 20 pessoas, com personalidade jurídica regulada pela Lei n. 5764/71; associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por intermédio de uma empresa coletiva e democraticamente controlada.

Corrupção

Do latim *corruptio*.

Corrupção é o ato ou efeito de corromper; decomposição, putrefação; devassidão, depravação, perversão, suborno.

Corrupto é o que sofreu corrupção, foi estragado, infectado, é devasso ou depravado. Corruptor é o que corrompe, que suborna, que perverte, que deprava, enfim, que induz a um comportamento antiético, imoral, desleal ou ilegal.

“Quando o governo não tem transparência em sua administração, é mais provável que haja ou que incentive essa prática; não existe país com corrupção zero, embora os países ricos democráticos tenham menos corrupção, porque sua população é mais esclarecida acerca dos seus direitos, sendo assim mais difíceis de enganar.”

<<http://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/o-que-corrupcao.htm>>

Ver conceito de *corrupção* em: <<http://www.kanitz.com.br/veja/corrupcao.asp>>.

Desigualdade social

As desigualdades são entendidas como produtos da distribuição diferenciada de recursos socialmente valorizados, tais como conhecimento, renda monetária, propriedade, prestígio e poder político (conforme definição expressa no texto-base da Unidade 1 desta disciplina).

Estilo de vida

Estilo de vida é a forma com a qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivem mundo e, em consequência, se comportam e fazem escolhas. O que define os elementos que compõem o conjunto simbólico a que se chama de estilo de vida é, basicamente, sua (dos elementos) distância em relação às necessidades básicas dos indivíduos ou grupos (Bourdieu, 1983). Para Pierre Bourdieu, “às diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (p. 82).

Referência: BOURDIEU, P. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

Estratificação social

Estratificação social é um recurso heurístico que auxilia no estudo das desigualdades entre pessoas e grupos em uma dada sociedade ou em uma parte dela, permitindo identificar a posição que cada grupo e/ou indivíduo ocupa na estrutura social, de acordo com um critério estabelecido teoricamente (conforme definição expressa no texto-base da Unidade 1 desta disciplina).

Estrutura Social

Dado que os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação, isto é, por uma série de deveres, direitos (privilégios) recíprocos, aceites e praticados entre eles, a estrutura social refere-se à colocação e à posição de indivíduos e de grupos dentro desse sistema de relações de obrigação. Em outras palavras, o agrupamento de indivíduos de acordo com posições que resultam dos padrões essenciais de relações de obrigação constitui a estrutura social de uma sociedade.

Ética

Do grego *ethiké*, através do latim *ethica*.

Na Filosofia, ética é o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto.

Ético: diz-se de categorias e valores utilizados na descrição e análise realizadas pelo observador, e que não correspondem necessariamente àqueles que vigoram na

sociedade ou cultura em estudo. (O termo passou a ser empregado na Antropologia por analogia com seu uso original na Linguística.)

A ética consiste em um conjunto de valores que orientam a vida dos cidadãos em suas relações e ações sociais. Por isso, pode-se falar em *ética profissional*, *ética política* ou, simplesmente, *comportamento ético*.

Quem define se algo é ou não ético é o observador, o analista, o eleitor, o julgador, enfim, o “outro”.

Ver três textos disponíveis na internet sobre o conceito de ética em geral e de ética profissional:

<<http://tpd2000.vilabol.uol.com.br/etica1.htm>>

<<http://www.ufrgs.br/bioetica/etica.htm>>

<<http://www.ufrgs.br/bioetica/eticprof.htm>>

Hierarquia

É a graduação de autoridade correspondente às várias categorias de funcionários ou membros de uma organização, instituição ou igreja; ordenação de elementos. A expressão *hierarquia social* refere-se às posições que as pessoas assumem dentro de suas classes ou entre as classes.

Indicador

É um fator objetivamente observável e mensurável que permite o confronto com a realidade.

Por exemplo: Se queremos identificar a estratificação de uma determinada localidade através da estrutura fundiária, podemos optar pelo indicador *tamanho da propriedade*. Assim, é possível verificar como fica a distribuição de terra nesta localidade.

Ver no texto básico da Unidade 1, na seção 1.2.1, **O que é estratificação social**, a tabela 1 (p. 13), referente a esses dados para o Brasil.

Referência: QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. van. *Manual de investigação em Ciências Sociais*: trajetos. Lisboa: Gradiva, 1995.

Karl Marx

“Karl Heinrich Marx, intelectual alemão, economista, considerado um dos fundadores da Sociologia e militante da Primeira e Segunda Internacional, foi o fundador de uma das grandes teorias que iria influenciar os séculos XIX e XX. Encontra-se a influência de Marx também em várias outras áreas, tais como Filosofia e História. Autor do *Manifesto Comunista*, teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário. Atualmente, é bastante difícil analisar a sociedade humana sem uma referência, em maior ou menor grau, à produção de Karl Marx, apesar das polêmicas causadas por suas teorias. Marx foi herdeiro da Filosofia alemã, sendo considerado, ao lado de Kant e de Hegel, um de seus grandes representantes. Foi um dos maiores pensadores de todos os tempos, cuja produção teórica tem a extensão

e a densidade de um Aristóteles, de quem ele era admirador. Marx foi diretamente influenciado por Ludwig Feuerbach, que já anunciava uma visão invertida de Hegel, a inversão materialista do hegelianismo. Dizia que Hegel tinha posto o homem de “ponta-cabeça” e explicava seu “materialismo contemplativo” (termo do próprio Marx) com a afirmação de que a “maçã” é anterior à “ideia de maçã”. Marx evoluiu a partir dessa ramificação do hegelianismo, que já superava o idealismo revolucionário dos Jovens Hegelianos, de cujo movimento participou. Seu pensamento, engajado nas lutas proletárias, edificou-se na base de uma grande síntese de três fontes: a Economia Política inglesa, o Socialismo (ou Sociologia) francês e a Filosofia alemã.”

Ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx>.

Max Weber

“Maximilian Carl Emil Weber, intelectual alemão, jurista e economista, é considerado um dos fundadores da Sociologia. Foi irmão do também famoso sociólogo e economista Alfred Weber. Sua esposa foi a socióloga e historiadora de direito Marianne Schnitger. Era o mais velho dos sete filhos de Max Weber e sua mulher Helene Fallenstein. O pai, protestante, era uma figura autocrata. A mãe, uma calvinista moderada. A mãe de Helene havia sido uma huguenote francesa, cuja família fugira da perseguição na França. Max Weber foi, juntamente com Karl Marx, Vilfredo Pareto e Émile Durkheim, um dos fundadores da moderna Sociologia. É conhecido sobretudo por seu trabalho sobre a Sociologia da Religião. De importância extrema é sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905). Trata-se de um ensaio fundamental sobre as religiões e a afluência de seus seguidores. Subjacente a Weber está a realidade econômica da Alemanha do princípio do século XX. Significativo é também o ensaio de Weber sobre a política como vocação. Nele, o autor postula a definição de Estado que se tornou essencial no pensamento da sociedade ocidental: o Estado concebido como a entidade que possui o monopólio do uso legítimo da ação coercitiva. A política deverá ser entendida como qualquer atividade em que o Estado tome parte e da qual resulte uma distribuição relativa da força.”

Ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Weber>.

Mobilidade Social

Mobilidade social é o movimento de indivíduos e grupos de um estrato social a outro, de uma posição de classes ou *status* a outro, ou mesmo de uma ocupação ou profissão a outra. Em qualquer desses casos, a mobilidade social implica o deslocamento entre posições socioeconômicas diferentes.

Movimento Social

Conforme o sociólogo Bruce Cohen (1980), um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns dos elementos das sociedades mais amplas, assumin-

do, portanto, um caráter respectivamente conservador ou transformador (conforme uma das definições formuladas no texto-base da Unidade 4 desta disciplina).

Referência: COHEN, B. *Sociologia Geral*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

Patrimônio

A palavra latina *patrimonium*, da qual se originou *patrimônio*, referia-se à herança paterna; aos poucos, adquiriu o significado de ‘bem familiar’, ‘dote’ ou ‘dotação’.

Registra o Dicionário Houaiss (2001), entre as definições de patrimônio: “bem, ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país, ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s). (*a floresta da Tijuca é uma dos mais notáveis patrimônios do Rio de Janeiro*) (*Ouro Preto é uma das cidades históricas brasileiras tombadas pelo patrimônio da Unesco*)”.

“A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo *patrimônio* para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos” (FONSECA, 2005, p. 58.)

O conceito de patrimônio é fundamental na agricultura familiar, pois através dele se pode compreender o modo de vida das famílias de agricultores, alguns de seus valores e até mesmo suas reações frente às mudanças sociais. Por exemplo, uma fonte de água pode ser um importante patrimônio para uma família cabocla; a mesma fonte pode ser um problema ou um estorvo para um produtor do tipo empresário capitalista. Uma vaca pode ser mantida numa propriedade por muito mais tempo do que a racionalidade produtiva recomenda, porque é definida pela família como patrimônio, pois é parte de sua história por ter alimentado com seu leite uma criança ou outros animais da propriedade.

O termo é usado também em expressões como *patrimônio moral*, *patrimônio cultural*, *patrimônio intelectual*, *patrimônio natural*, *patrimônio da comunidade* e assim por diante.

Referência: FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Brasília: Iphan, 2005.

Prestígio

Entre os sentidos da palavra *prestígio*, o Dicionário Houaiss (2001) registra: “**2** *fig.* poder de atração; sedução, fascinação, encanto; **3** grande influência exercida por pessoa ou coisa sobre outra(s) pessoa(s); **4** reconhecimento das qualidades de algo ou alguém; admiração, respeito; **5** preferência por alguma coisa; predileção; **6** SOC valor sociocultural positivo atribuído a uma coisa, a um indivíduo ou a um grupo, que faz com que estes se imponham aos demais, os quais adotam uma atitude de subordinação”.

O sentido em que a palavra deve ser entendida depende do contexto em que ela se encontra.

Sindicato

Organização de representação dos interesses de um grupo social, especificamente de trabalhadores.

Sociedade

Em Sociologia, uma sociedade é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade. A sociedade é o objeto de estudo das ciências sociais, especialmente da Sociologia. Uma sociedade é uma rede de relacionamentos entre pessoas. Uma sociedade é uma comunidade interdependente. O significado geral de sociedade refere-se simplesmente a um grupo de pessoas que vivem juntas numa comunidade organizada. Em certas ocasiões, também são chamadas de sociedade pessoas de várias nações unidas por tradições, crenças ou valores políticos e culturais comuns.

Sociologia

Segundo Weber (2000, p. 3): “Sociologia significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”.

Referência: WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: EDUNB, 2000. v. 1, p. 3.



- 1. INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA O ENSINO A DISTÂNCIA**
Mára Lúcia Fernandes Carneiro

- 2. DINÂMICA E DIFERENCIAÇÃO DE SISTEMAS AGRÁRIOS**
Lovois de Andrade Miguel (Org.)

- 3. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO**
Marcelo Antônio Conterato
Eduardo Ernesto Filippi

- 4. TEMÁTICAS RURAIS: DO LOCAL AO REGIONAL**
Roberto Verdum
Luiz Fernando Mazzini Fontoura

- 5. MÉTODOS DE PESQUISA**
Tatiana Engel Gerhardt
Denise Tolfo Silveira (Orgs.)

- 6. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS**
Ivaldo Gehlen
Daniel Gustavo Mocelin (Orgs.)

Impressão:
Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500 - Porto Alegre, RS
Fone/Fax (51) 3308-5083
grafica@ufrgs.br
www.grafica.ufrgs.br

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Sara Viola Rodrigues • Editoração: Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Fernanda Kautzmann, Luciane Delani, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; suporte editorial: Samir Duarte da Silva e Tales Gubes Vaz (bolsistas) • Administração: Najára Machado (coordenadora), Angela Bittencourt, Laerte Balbinot Dias, Jaqueline Trombin e Valéria da Silva Gomes; suporte administrativo: Getúlio Ferreira de Almeida, Janer Bittencourt • Apoio: Idalina Louzada e Laércio Fontoura.